

**Fundação Hélio Augusto de Souza – Fundhas**  
**Diretoria Administrativo-Financeira**  
**Divisão de Suprimentos**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 40/2023**  
**UASG – 926639**

Objeto:	<b>Contratação de seguro de vida e acidentes pessoais para as crianças, adolescentes, aprendizes, empregados ou outros atendidos da Instituição (apólice básica no ramo de seguro de vida em grupo), bem como assistência funeral e auxílio funeral</b>
Modo de disputa:	Ampla Participação
Critério de julgamento:	Menor Preço por Item (Valor Global Estimado com a incidência da Menor Taxa) – Lances pelo Valor Global
Intervalo mínimo entre lances:	<b>R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)</b>
Data de abertura:	26/09/2023, às 8 horas (horário de Brasília – DF)
Endereço eletrônico:	<a href="http://www.gov.br/compras">www.gov.br/compras</a>
Esclarecimentos e Impugnações:	até 3 (três) dias úteis que antecederem a abertura da sessão pública

A Fundação Hélio Augusto de Souza – Fundhas, por solicitação da Diretoria Administrativa e Financeira e em conformidade com a determinação do Sr. Diretor Presidente, por meio do Pregoeiro e Equipe de Apoio designados pela Portaria nº 44/2023 de 26/04/2023, torna público aos interessados que realizará Licitação definida e disciplinada por este Edital nº 40/2023, na modalidade Pregão Eletrônico nº 40/2023 – Processo de Compra nº 251/2023, para Contratação de seguro de vida e acidentes pessoais para as crianças, adolescentes, aprendizes, empregados ou outros atendidos da Instituição (apólice básica no ramo de seguro de vida em grupo), bem como assistência funeral e auxílio funeral, do tipo Menor Preço por Item (Valor Global Estimado com a incidência da Menor Taxa) – Licitação com Ampla Participação, no dia 26 de Setembro de 2023, às 8 horas (horário de Brasília – DF), ou no mesmo horário do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nessa data, através do endereço [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

## **1. SUPORTE LEGAL**

1.1. Esta licitação é regida e regulamentada pelos seguintes dispositivos legais:

- a) Constituição Federal;
- b) Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002 (Pregão);
- c) Lei Federal nº 8.666 de 21/06/1993 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos);
- d) Lei Orgânica Municipal;
- e) Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006 e atualizações (Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte);
- f) Decreto Municipal nº 11.755 de 06/06/2005 (Regulamenta a Lei Federal nº 10.520/02 no município de SJCampos);
- g) Decreto Municipal nº 19.126 de 22/07/2022 (Regulamenta o tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às ME/EPP'S no âmbito da Adm. Direta e Indireta no município de SJCampos);

- h) Decreto Federal nº 10.024 de 20/09/2019 (Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal;
- i) Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26/04/2018 alterada pela IN nº 10 de 2020 (Estabelece regras de funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf, no âmbito do Poder Executivo Federal), atualizada pelas IN's nº 10 de 10/02/2020 e nº 107 de 28/10/2020;
- j) Demais disposições legais aplicáveis, inclusive subsidiariamente, os princípios gerais de Direito.

## 2. DO OBJETO

2.1. Constitui objeto do presente Edital, a Contratação de seguro de vida e acidentes pessoais para as crianças, adolescentes, aprendizes, empregados ou outros atendidos da Instituição (apólice básica no ramo de seguro de vida em grupo), bem como assistência funeral e auxílio funeral, conforme descrito no **Anexo I – Termo de Referência**.

2.2. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASGOVERNAMENTAIS – CATSER e as especificações constantes do **Anexo I – Termo de Referência** deste Edital, prevalecerão as últimas.

2.3. Fazem parte deste Edital, como se nele estivessem transcritos, os seguintes Anexos:

ANEXO I –	Termo de Referência
ANEXO II –	Proposta Comercial – Modelo
ANEXO III –	Declaração – Modelo
ANEXO IV –	Condições Gerais de Execução dos Serviços
ANEXO V –	Contrato – Minuta
ANEXO VI –	Termo de Ciência e Notificação – Modelo
ANEXO VII –	Atestado de Capacidade Técnica – Modelo

2.4. Regime de Execução: Empreitada por Preço Unitário

**3. CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** Menor Preço por Item (Valor Global Estimado com a incidência da Menor Taxa) – Lances pelo Valor Global

## 4. DO CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA

4.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta dos recursos do Orçamento 2023 e seguintes (Recursos Próprios/Tesouro), dotação orçamentária 51.01.3.3.90.39.12.243.5000.2.502.04.1100000, ficha 9, Centro de Custo 6073.

## 5. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

5.1. Até 3 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

5.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail [licitacoes@fundhas.org.br](mailto:licitacoes@fundhas.org.br) ou por petição dirigida ou protocolada na Sede da Administração – Divisão de Suprimentos / Setor de Licitações, na Rua Santarém, 560 – Bairro Parque Industrial, São José dos Campos – SP, de 2ª a 6ª feira, das 7h30 às 17h.

5.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

5.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

5.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 3 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

5.6. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contados da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e Anexos.

5.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

5.8. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

5.9. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

5.10. Em caso de não solicitação de esclarecimentos e informações pelos proponentes, pressupõe-se que os elementos fornecidos são suficientemente claros e precisos, não cabendo, portanto, posteriormente, o direito a qualquer reclamação.

## **6. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**

6.1. Poderão participar deste Pregão Eletrônico quaisquer empresas que:

- a) Possuam ramo de atividade pertinente com o objeto deste Edital, conforme especificados em seus Anexos;
- b) Preencham todos os requisitos deste instrumento convocatório;
- c) Apresentem os documentos exigidos neste instrumento, em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório de Notas, aceitando-se também, a autenticação digital;
- d) Estejam cadastradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 26/04/2018.

6.2. As empresas não cadastradas no SICAF que manifestarem interesse em participar do presente Pregão deverão providenciar seu cadastramento diretamente na plataforma do SICAF, conforme instruções constantes no site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

6.3. Não poderão concorrer, direta ou indiretamente, ou participar da licitação:

- a) Empresas que se encontrem com falência decretada, concurso de credores, dissolução, liquidação ou em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição e empresas estrangeiras que não funcionem no País;
- b) Empresas que tenham sido declaradas inidôneas bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com esta Administração.

6.4. Fica autorizada a participação de empresas que se encontrem em recuperação judicial mediante a apresentação do Plano de Recuperação já homologado e em vigor, apto a comprovar sua viabilidade econômico-financeira.

6.5. É vedada a participação de empresas pertencentes a um mesmo grupo econômico, de fato ou de direito, assim entendidas aquelas que possuam identidade de sócios, dirigentes, membros de conselho ou responsáveis técnicos, conforme o caso, ficando os infratores sujeitos à inabilitação, desclassificação ou revogação de eventual adjudicação, bem como às penalidades previstas no art. 90 da Lei Federal nº 8.666/93, sem prejuízo das demais sanções civis e penais cabíveis.

6.6. A participação na licitação importa total e irrestrita submissão dos proponentes às condições deste Edital.

6.7. Será aplicada a multa no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total estimado da presente contratação à licitante que, de qualquer modo, atrapalhar, perturbar ou prejudicar a competitividade da presente licitação.

## **7. DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO**

7.1. O credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

7.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

7.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

7.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

7.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.6. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

## **8. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

8.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

8.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

8.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

8.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar os documentos de habilitação ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123 de 2006 e atualizações.

8.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo Sistema ou de sua desconexão.

8.6. Os licitantes declararão, em campo próprio do sistema, os cumprimentos dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências deste Edital.

8.6.1. A falsidade da declaração descrita no subitem 8.6, sujeitará a licitante às sanções previstas no Decreto 10.024/2019, em especial a penalidade prevista no inciso IX, artigo 49.

8.7. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

8.8. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta, na forma do Capítulo IX do Decreto nº 10.024/2019.

8.9. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

8.10. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, observado o prazo de que trata o § 2º do art. 38 do Decreto nº 10.024/2019.

## 9. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

9.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

9.1.1. Valor unitário e total do item, **sendo o valor global com a incidência da taxa ofertada**, grafados em algarismos e em moeda corrente nacional, com 2 (duas) casas após a vírgula;

a. Deverá informado na proposta da licitante, a taxa em percentual, com 4 (quatro) casas após a vírgula, para todos os itens da planilha quantitativa.

9.1.2. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do **Anexo I – Termo de Referência**;

9.1.3. Prazo de pagamento: o prazo para a entrega dos movimentos encerrar-se-á no 15 (décimo quinto) dia do mês subsequente à competência apurada. A CONTRATANTE enviará à CONTRATADA um relatório por meio eletrônico (planilha) com dados necessários para geração de uma prévia do faturamento, que deverá ser enviado pela CONTRATADA em até 3 (três) dias úteis à CONTRATANTE. Após conferência dos dados e aprovação dos valores enviados na prévia pela CONTRATANTE, a CONTRATADA providenciará a emissão da fatura. O pagamento será efetuado mensalmente em até 15 (quinze) dias, após a atestação da nota fiscal por parte da fiscalização dos serviços;

9.1.4. Local de prestação dos serviços: Divisão de Recursos Humanos da Sede da Fundhas, situado na Rua Santarém, nº 560, bairro Parque Industrial, São José dos Campos, SP – CEP: 12235-550;

9.1.5. Dados bancários: nome do banco, agência e conta corrente, em nome da CONTRATADA, para que sejam efetuados os respectivos pagamentos;

9.1.6. Vigência do Contrato: 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado a critério da Administração e nos termos da Lei;

9.1.7. Validade da proposta: mínimo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura;

9.1.8. Indicação do responsável pela assinatura do Contrato e do Termo de Ciência e de Notificação, nos termos das Instruções nº 01/2020 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCESP, atualizada pela Resolução nº 11/2021: nome completo, cargo e nº do CPF.

a. Quando não pertencer ao quadro societário da empresa, deverá apresentar procuração pública ou particular, com poderes para assinatura de Contrato em nome da CONTRATADA.

9.2. As propostas deverão incluir todos os custos e despesas, tais como, mas não limitados a tributos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, seguros, taxas, lucro, uniformes, alimentação, transporte, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto.

9.3. Os preços ofertados tanto na proposta inicial quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.4. Os preços cotados deverão ser referidos à data limite de recebimento das propostas.

9.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a CONTRATADA.

9.6. É vedada a apresentação de proposta parcial para esta contratação, devendo a licitante contemplar todos os itens que a integram.

9.7. A CONTRATANTE não recolhe IR, PIS/PASEP, COFINS, INSS E CSLL.

9.8. A CONTRATANTE não realiza operações de crédito, câmbio e seguro.

9.9. O pagamento observará sempre o número de vidas cobertas para cada mês de vigência do Contrato, com direito a inclusões/exclusões.

9.10. A vigência de novas inclusões pode ocorrer dentro do mês vigente, com emissão da fatura de pagamento para o mês seguinte.

9.11. Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente a entrega da relação atualizada, contendo os dados dos segurados (incluídos e excluídos), que será fornecida mensalmente pela CONTRATADA.

9.12. É vedada a inclusão no custo do segurado de despesas de corretagem, agenciamento ou pró-labore.

## 10. DA SESSÃO PÚBLICA

10.1. A partir das 8h00 do dia 26/09/2023 (horário de Brasília) e em conformidade com o estabelecido neste Edital, terá início a sessão pública do presente Pregão Eletrônico com a divulgação das propostas de preços recebidas, em conformidade com o **item 10 – Proposta de Preços**, e que deverão estar em perfeita consonância com as especificações detalhadas no presente Edital e seus Anexos.

10.2. A partir desta mesma data e horário ocorrerá o início da etapa de lances, via Internet, única e exclusivamente, no site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).



10.3. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

10.3.1. A proposta que identifique o licitante será desclassificada.

10.3.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

10.3.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

10.3.4. Não serão motivo de desclassificação, simples omissões que sejam irrelevantes para o entendimento da proposta de preços, que não venham causar prejuízo para esta Administração e nem firam os direitos dos demais licitantes.

10.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

10.5. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

10.6. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

10.6.1. O lance deverá ser ofertado pelo **valor global do item – correspondente à somatória dos itens da planilha quantitativa, com a incidência das taxas.**

10.6.2. Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com 2 (duas) casas decimais.

10.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

10.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

10.9. O intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).**

10.10. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

10.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

10.12. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

10.13. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

10.14. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

10.15. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, o Pregoeiro poderá, assessorado pela Equipe de Apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

10.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

10.17. Durante o transcurso da sessão pública os licitantes serão informados em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

10.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do Pregão o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

10.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

10.20. O critério de julgamento adotado será o menor preço conforme definido neste Edital e seus anexos.

10.21. Caso o licitante não apresente lances concorrerá com o valor de sua proposta.

10.22. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

10.23. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

10.24. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

10.24.1. No país;

10.24.2. Por empresas brasileiras;

10.24.3. Por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

10.24.4. Por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

10.25. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

## **11. DA NEGOCIAÇÃO E ACEITABILIDADE DA PROPOSTA**

11.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no Edital.

11.2. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.3. A negociação deverá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem inicialmente estabelecida, quando o preço do primeiro colocado, mesmo após a negociação, permanecer acima do orçamento estimado.

11.3.1. O Pregoeiro não aceitará o item cujo preço unitário/total seja superior ao estimado para a contratação, constante do **Anexo I – Termo de Referência**.



11.3.2. Nos termos do Acórdão 1620/2018 – Plenário, o Pregoeiro poderá convocar o licitante para comprovação da exequibilidade dos preços ofertados em sua proposta.

11.3.3. O Pregoeiro poderá utilizar-se de auxílio da área técnica requisitante para, baseado em parecer técnico motivado e conclusivo, julgar a proposta no que diz respeito às especificações técnicas definidas no Edital.

11.4. Serão desclassificadas as propostas:

11.4.1. Cujo objeto não atenda às especificações, prazos e condições fixados no Edital;

11.4.2. Que estiverem em desacordo com o **Anexo I – Termo de Referência**;

11.4.3. Que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes;

11.4.4. Cujo preço ofertado seja superior ao preço máximo definido no **Anexo I – Termo de Referência**;

11.4.5. Que apresente preço manifestadamente inexequível.

11.5. O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, **no prazo de 2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

11.6. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os pertinentes aos serviços ofertados, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

11.7. A proposta ajustada ao lance final deverá ser elaborada conforme modelo constante do **Anexo II** deste Edital.

11.8. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

11.9. Se a proposta do licitante vencedor da etapa competitiva de lances não for aceitável, o Pregoeiro examinará as propostas subsequentes, na ordem de classificação, verificando o seu atendimento até a apuração de uma proposta que atenda os termos do Edital e desta verificando as condições de habilitação. Constatado o atendimento exigências fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

11.10. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## 12. DA HABILITAÇÃO

12.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante **consulta ao SICAF**, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.

12.1.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018, alterada pela IN nº 10 de 2020, mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF.

12.1.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

12.1.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

12.2. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

12.2.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

12.3. **Para fins de habilitação**, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir:

***Habilitação jurídica:***

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, juntamente com todas as alterações ou consolidação das alterações, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

12.3.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da respectiva consolidação.

***Regularidade fiscal e trabalhista:***

- e) Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF);
- f) Comprovante de Inscrição no Cadastro de Contribuinte estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do presente Edital;
- g) Certidão relativa à regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), expedido pela Caixa Econômica Federal – CEF;
- h) Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a Tributos Federais (inclusive as contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União;
- i) Certidão relativa à regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante;

i.1) Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

- j) Certidão relativa à regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da Licitante, pertinente ao ramo de atividade;
- k) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa;

12.3.2. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

**Qualificação Econômico-Financeira:**

- l) Certidão Negativa de Falências, Recuperações Judiciais e Extrajudiciais, expedida pelo Distribuidor Judicial da Comarca onde se situa a pessoa jurídica, com data de expedição não superior a 90 (noventa) dias anteriores à data marcada para abertura dos envelopes, conforme artigo 99 da Lei nº 11.101/05, alterada pela Lei nº 14.112/2020;

l.1. A empresa que estiver em recuperação judicial ou extrajudicial (certidão positiva) deverá, juntamente com a certidão, apresentar o seu plano de recuperação judicial ou extrajudicial por meio de certidão de objeto e pé ou homologação judicial do plano, conforme o caso, nos termos dos artigos 58 e 165 da Lei nº 11.101/2005, alterada pela Lei nº 14.112/2020;

l.2. No plano de recuperação deverá constar expressamente a previsão de participação da empresa em contratações públicas, bem como evidenciar que foi acolhido judicialmente, demonstrando claramente sua viabilidade econômica;

- m) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- n) A boa situação financeira da licitante será comprovada também mediante a apresentação dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), igual ou maiores que 1 (= ou > 1), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, **OU** mediante a apuração do Capital Social ou Patrimônio Líquido mínimo de R\$ 45.920,78 (quarenta e cinco mil, novecentos e vinte reais e setenta e oito centavos), devendo a comprovação ser feita na forma da Lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

**Qualificação técnica:**

- o) Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a licitante ter executado serviços de características semelhantes e compatíveis com o objeto do presente Edital, com quantitativos mínimos de 30% (trinta por cento) da quantidade total estimada de segurados, conforme descrito no item 9.1. do **Anexo I – Termo de Referência**, admitindo-se a somatória de atestados para a comprovação:

Quantidade total de segurados:	6.792
30%:	2.038

o.1. O(s) Atestado(s) deve(m) ser emitido(s) em papel timbrado, datado(s) e assinado(s), com identificação do signatário, podendo ser utilizado o modelo constante no **Anexo VII** deste Edital;

o.2. As informações contidas no(s) Atestado(s) estão sujeitas à verificação de sua autenticidade por parte da Administração.

- p) Prova de regularidade, emitida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, que comprove que a licitante está apta a operar no mercado segurador brasileiro, e que está legalmente autorizada a operar no mercado no ramo de seguro de vida em grupo e/ou acidentes pessoais coletivos.

12.4. A licitante deverá ainda, apresentar DECLARAÇÃO conforme modelo constante do **Anexo III** deste Edital.

12.5. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

12.6. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

12.7. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa ou empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

12.8. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

12.9. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

12.10. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006 e atualizações, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente – quando aplicável.

12.11. Se for o caso, o licitante provisoriamente vencedor em um item que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

12.11.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

12.12. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, **no prazo de 2 (duas) horas**, nos termos do § 2º do artigo 38 do Decreto 10.024/2019.

12.13. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

12.14. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

12.15. Será admitida apenas 1 (uma) licitante vencedora para o item.

12.16. Os documentos solicitados neste Edital poderão ser apresentados:

12.16.1. Em original;

12.16.2. Por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, aceitando-se a autenticação digital, acompanhado da respectiva Certidão de Autenticação Digital;

12.16.3. Em cópias simples desde que seja apresentado o original para que sejam autenticadas por servidor desta Administração;

12.16.4. Por publicação em órgão da Imprensa Oficial, se for o caso.

12.17. Não serão aceitos protocolos ou documentos com data de validade vencida. Quando não consignar o prazo de validade, será considerado válido o documento expedido com data não superior a 120 (cento e vinte) dias anteriores à data limite para o recebimento das propostas da presente licitação.

12.18. No caso de documentos produzidos em outro país, deverão ser autenticados pelo respectivo consulado e traduzidos para o português por tradutor juramentado.

12.19. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

12.19.1. Toda documentação da licitante deverá se referir ao número de CNPJ da pessoa jurídica que efetivamente irá fornecer o bem ou prestar os serviços, quer seja matriz, quer seja filial (artigo 75, § 1º, Lei nº 10.406/02 - Código Civil Brasileiro).

### 13. DOS RECURSOS

13.1. Declarado o vencedor do Pregão durante a sessão pública, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando deverá ser concedido a ele o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso a contar da disponibilização da decisão, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que devem começar a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

13.2. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do disposto no *caput* do art. 44 do Decreto 10.024/2019, importará na decadência desse direito, e o Pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

13.3. Apresentadas as razões e contrarrazões, o Pregoeiro disporá de 5 (cinco) dias úteis, para decisão.

13.4. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

#### **14. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

14.1. Na ausência de recurso, caberá ao Pregoeiro adjudicar o objeto e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação, nos termos do disposto no inciso IX do caput do art. 17 do Decreto 10.024/2019.

14.2. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório, nos termos do disposto no inciso V do caput do art. 13 do Decreto 10.024/2019.

14.3. A adjudicação será feita pela totalidade do objeto do Edital à licitante vencedora.

#### **15. DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO**

15.1. A contratação do objeto desta licitação dar-se-á mediante assinatura de Contrato, nos termos da minuta integrante deste Edital (**Anexo V**).

15.2. A licitante considerada vencedora será convocada para, no prazo de 3 (três) dias úteis, assinar o Contrato (**Anexo V**) e o Termo de Ciência e de Notificação (**Anexo VI**) sob pena de decair do direito à contratação.

15.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora, durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

15.4. A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar o Contrato no prazo estabelecido, sujeitará a mesma às sanções previstas no art. 81, da Lei Federal 8.666/93, e aplicação de multa de 20% (vinte por cento) do valor total correspondente à sua contratação.

15.5. Constatada a hipótese descrita no subitem anterior, a Administração convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o Edital, ou revogar a licitação independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei 8.666/93.

15.6. As penalidades previstas no art. 81, da Lei Federal 8.666/93, bem como a aplicação de multa de 20% (vinte por cento) do valor total correspondente à contratação, não se aplicam às licitantes convocadas nos termos do art. 64, § 2º, da mesma Lei, que não aceitarem a contratação nas mesmas condições propostas pelo primeiro adjudicatário, inclusive quanto ao prazo e preço.

15.7. A contratação das demais convocadas fica vinculada à análise da documentação de habilitação contida no item 12.3. deste Edital.

15.8. Quando da contratação, a licitante vencedora deverá manter todas as condições de qualificação apresentadas no processo licitatório.

15.9. Contado de sua assinatura, o Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado a critério da Administração e nos termos da Lei.



## 16. DO REAJUSTE DO VALOR CONTRATUAL

16.1. Decorrido 12 (doze) meses da execução contratual, poderá a CONTRATANTE conceder reajuste no preço à CONTRATADA, segundo inflação apurada pelo IGP-M – Índice Geral de Preços do Mercado, ou outro valor menor de comum acordo entre as partes, para continuidade da prestação dos serviços.

## 17. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

17.1. A CONTRATADA deverá proceder à prestação dos serviços objeto do presente Edital, por sua conta e risco, e nas condições ofertadas em sua proposta, e em conformidade com o **Anexo I – Termo de Referência**, após assinatura do Contrato, emitido pela Administração.

## 18. DO PAGAMENTO

18.1. O prazo para a entrega dos movimentos encerrar-se-á no 15 (décimo quinto) dia do mês subsequente à competência apurada. A CONTRATANTE enviará à CONTRATADA um relatório por meio eletrônico (planilha) com dados necessários para geração de uma prévia do faturamento, que deverá ser enviado pela CONTRATADA em até 3 (três) dias úteis à CONTRATANTE. Após conferência dos dados e aprovação dos valores enviados na prévia pela CONTRATANTE, a CONTRATADA providenciará a emissão da fatura. O pagamento será efetuado mensalmente em até 15 (quinze) dias, após a atestação da nota fiscal por parte da fiscalização dos serviços.

18.2. A liquidação dos valores correspondentes à prestação dos serviços será realizada através de depósito bancário, devendo ser informados o nome do banco, agência e conta corrente, em nome da CONTRATADA.

18.3. A entrega das notas fiscais/faturas à Administração correspondentes à prestação dos serviços não poderá exceder 2 (dois) dias úteis à sua emissão.

18.4. Caso haja emissão de nota fiscal eletrônica, o e-mail para cadastro no sistema é: [almoxarifado@fundhas.org.br](mailto:almoxarifado@fundhas.org.br).

18.5. As empresas prestadoras de serviços inscritas no Cadastro de Contribuintes Mobiliários de São José dos Campos estão obrigadas, por ocasião da prestação de serviços, à emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica, a partir de 01/04/2016.

18.6. A nota fiscal deverá ser emitida em nome da Fundação Hélio Augusto de Souza – Fundhas, CNPJ nº 57.522.468/0001-63.

18.7. A Administração se reserva o direito de descontar do pagamento, eventuais débitos da CONTRATADA, inclusive os relacionados com multas, danos, e prejuízos contra terceiros.

18.8. Em caso de erros ou omissões nas notas fiscais, o prazo estipulado no item 18.1. será contado a partir da data de sua reapresentação.

18.9. A CONTRATANTE não recolhe IR, PIS/PASEP, COFINS, INSS E CSLL.

18.10. A CONTRATANTE não realiza operações de crédito, câmbio e seguro.

18.11. O pagamento observará sempre o número de vidas cobertas para cada mês de vigência do Contrato, com direito a inclusões/exclusões.

18.12. A vigência de novas inclusões pode ocorrer dentro do mês vigente, com emissão da fatura de pagamento para o mês seguinte.

18.13. Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente a entrega da relação atualizada, contendo os dados dos segurados (incluídos e excluídos), que será fornecida mensalmente pela CONTRATADA.

18.14. É vedada a inclusão no custo do segurado de despesas de corretagem, agenciamento ou pró-labore.

## **19. DA FISCALIZAÇÃO DO OBJETO**

19.1. A fiscalização da prestação dos serviços do presente Edital será efetuada por setor competente da Administração, sendo posteriormente informado à CONTRATADA quando da formalização do respectivo Contrato.

## **20. DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO**

20.1. Ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e nas demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de sua proposta:

- I – não assinar o contrato;
- II – não entregar a documentação exigida no edital;
- III – apresentar documentação falsa;
- IV – causar o atraso na execução do objeto;
- V – não manter a proposta;
- VI – falhar na execução do contrato;
- VII – fraudar a execução do contrato;
- VIII – comportar-se de modo inidôneo;
- IX – declarar informações falsas; e
- X – cometer fraude fiscal.

20.1.1. As sanções descritas no caput também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela Administração Pública.

20.1.2. As sanções serão registradas e publicadas no SICAF.

20.2. O atraso na execução do objeto contratado poderá sujeitar a CONTRATADA à multa de mora, garantida a defesa prévia, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, na seguinte forma:

20.2.1. Atraso na execução do objeto contratado, segundo definido na contratação, superior a 48 (quarenta e oito) horas: multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), por dia de atraso, calculada sobre o valor total do pedido;

20.2.2. Atraso na execução do objeto contratado, segundo definido na contratação, por duas vezes consecutivas e/ou alternadas: multa de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor total do pedido;

20.2.3. Inexecução parcial do pedido: multa de até 10% (dez por cento) do valor total do pedido;

20.2.4. Inexecução total do pedido: multa de até 30% (trinta por cento) do valor total do pedido.

20.3. Pela execução do objeto em quantidade ou qualidade em desacordo como o contratado, a CONTRATADA será notificada a apresentar defesa prévia para efeitos de aplicação da penalidade definida no subitem abaixo, ou sanar as irregularidades no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sendo que esse prazo poderá ser reduzido ou ampliado, a critério da Administração:

20.3.1. Decorrido o prazo da defesa prévia, a Administração poderá aplicar multa diária de 1% (um por cento) do valor total do(s) item(ns) em desacordo enquanto persistir a irregularidade, até o prazo de 30 (trinta) dias, quando se caracterizará a inexecução total da contratação.

20.4. A multa a que aludem os itens 20.2. e 20.3. e seus subitens, não impede que a Administração rescinda unilateralmente a contratação e aplique as outras sanções previstas em lei.

20.5. Pela inexecução total ou parcial do objeto contratado, a Administração poderá ainda, aplicar as seguintes penalidades, garantida a defesa prévia:

20.5.1. Advertência;

20.5.2. Multa de até 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da contratação, pela inexecução parcial;

20.5.3. Multa de até 30% (trinta por cento) calculada sobre o valor da contratação, pela inexecução total;

20.5.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com esta Administração, por prazo não superior a 5 (cinco) anos, bem como a comunicação imediata do inadimplemento à Prefeitura e Câmara Municipal de São José dos Campos;

20.5.5. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir esta Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorridos os prazos da sanção com base no item anterior.

20.6. Os prazos para defesa prévia serão de 5 (cinco) dias úteis, na hipótese de advertência, multa e impedimento, e de 10 (dez) dias na hipótese de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

20.7. As penalidades aqui previstas são autônomas e suas aplicações cumulativas, e serão regidas pelo Artigo 87, § 2º e 3º, da Lei Federal 8.666/93 e alterações.

20.8. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido aos cofres da Administração, dentro de 3 (três) dias úteis da data de sua cominação, mediante recibo próprio.

20.9. As multas aplicadas à CONTRATADA e não recolhidas no prazo estipulado, bem como os débitos da CONTRATADA relacionados com danos e prejuízos contra terceiros poderão ser descontadas pela Administração dos valores das notas fiscais/faturas.

20.10. Fica autorizada à Administração a cobrança de valor excedente se os prejuízos causados pela CONTRATADA superaram o valor da multa. Neste caso, a multa estipulada servirá como valor mínimo de indenização, ficando a cargo da Administração comprovar o prejuízo excedente.

## **21. DISPOSIÇÕES FINAIS**

21.1. Todas as informações adicionais com relação ao objeto deverão estar especificadas na proposta, de acordo com o artigo 30 da Lei 8.078 de 11/09/1990 e suas alterações – Código de Defesa do Consumidor.

21.2. A Administração, responsável pelo presente Pregão, reserva-se o direito de:

21.2.1. Revogá-lo, no todo ou em parte, sempre que forem verificadas razões de interesse público decorrente de fato superveniente, ou anular o procedimento, quando constatada ilegalidade no seu processamento;

21.2.2. Alterar as condições deste Edital, reabrindo o prazo para apresentação de propostas, na forma da legislação, salvo quando a alteração não afetar a formulação das ofertas;

21.2.3. Adiar o recebimento das propostas, divulgando, mediante aviso público, a nova data.

21.3. O Pregoeiro ou autoridade superior poderá, em qualquer fase da licitação, promover as diligências que considerarem necessárias, para esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório.

21.4. Ficam vedadas:

21.4.1. A execução do objeto contratado por pessoa jurídica diversa daquela originalmente participante do certame;

21.4.2. A subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital.

21.5. O resultado do presente certame será divulgado no site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), no Diário Oficial do Estado de São Paulo ([www.imprensaoficial.com.br](http://www.imprensaoficial.com.br) – Caderno Executivo I) e no jornal Diário de Notícias.

21.6. As dúvidas surgidas na aplicação do presente Edital, bem como os casos omissos, serão resolvidas pela Presidência da Administração.

21.7. Fica eleito o foro de São José dos Campos, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer questão oriunda desta licitação.

São José dos Campos, 12 de Setembro de 2023.

*George Lucas Zenha de Toledo,*  
*Diretor Presidente*

**Processo de Compra nº 251/2023 – Pregão Eletrônico nº 40/2023**

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**

**Órgão:** Fundação Hélio Augusto de Souza – Fundhas – UASG 926639

**Localização:** Rua Santarém, nº 560 – Parque Industrial, São José dos Campos/SP – CEP 12235-550

**Objeto:** Contratação de seguro de vida e acidentes pessoais para as crianças, adolescentes, aprendizes, empregados ou outros atendidos da Instituição (apólice básica no ramo de seguro de vida em grupo), bem como assistência funeral e auxílio funeral

**Nota:** Quando houver divergência entre as especificações do Catálogo CATSER e as deste Anexo, prevalecem as constantes deste Edital.

## **1. OBJETO**

1.1. Contratação de seguro de vida e acidentes pessoais para as crianças, adolescentes, aprendizes, empregados ou outros atendidos da Instituição (apólice básica no ramo de seguro de vida em grupo), bem como assistência funeral e auxílio funeral.

1.2. Os empregados e aprendizes da CONTRATANTE têm vínculos da Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT, as crianças, adolescentes e os atendidos da Instituição não têm vínculo empregatício.

## **2. JUSTIFICATIVA**

2.1. A contratação de seguro de vida faz parte da política de valorização das crianças, adolescentes, aprendizes, empregados ou outros atendidos da CONTRATANTE, de modo a garantir que seus beneficiários/familiares não fiquem desamparados no caso de ocorrência de eventuais sinistros, garantindo-lhes a tranquilidade necessária para a execução de suas atividades.

## **3. RESPONSABILIDADE**

3.1. As propostas deverão obedecer às especificações deste Termo de Referência, bem como ao detalhamento dos serviços, sua frequência e periodicidade, deveres, disciplina e gestão da qualidade.

3.2. A atividade será administrada pela Divisão de Recursos Humanos - DRH, recebendo, acompanhando e/ou encaminhando e tramitando a documentação referente à Assistência Funeral, Auxílio Funeral e ao Sinistro.

## **4. DEFINIÇÕES**

Apólice: documento que formaliza o Contrato de seguro, estabelecendo os direitos e as obrigações da sociedade seguradora e do segurado, discriminando as garantias contratadas.

Assistência Funeral: será disponibilizado ao beneficiário/familiar do empregado, os serviços para a execução do funeral.

Auxílio Funeral: será concedido à família/responsável das crianças, adolescentes e os atendidos da Instituição, que realizou a despesa do funeral.

Beneficiários: Pessoa física ou jurídica à qual é devida a indenização em caso de sinistro.

Capital segurado: pagamento a ser efetuado ao beneficiário, sob a forma de pagamento único ou de renda.

Certificado de seguro: documento que comprova a inclusão do segurado na apólice coletiva.

Estipulante: pessoa física ou jurídica que propõe a contratação do plano coletivo (Fundhas – CONTRATANTE), ficando investida de poderes de representação do segurado perante a sociedade seguradora.

Grupo segurável: é a totalidade das pessoas físicas vinculadas ao Estipulante que reúne as condições para inclusão na apólice coletiva.

Prêmio: é a prestação paga pelo segurado, para a contratação do seguro.

Sinistro: ocorrência do risco coberto, durante o período de vigência do plano de seguro.

## **5. DA COBERTURA DO SEGURO E DO VALOR**

### **5.1. Empregados - Não haverá limitação de capital.**

#### **5.1.1. Seguro de Vida / Invalidez**

- Morte natural: 20 (vinte) vezes a remuneração;
- Morte acidental: adicional de 20 (vinte) vezes, totalizando 40 (quarenta) vezes a remuneração;
- Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente: adicional de 20 (vinte) vezes, totalizando 40 vezes a remuneração;
- Invalidez Funcional Permanente Total por Doença: 20 (vinte) vezes a remuneração.

#### **5.1.2. Assistência Funeral.**

### **5.2. Crianças, adolescentes, aprendizes ou outros atendidos geral**

#### **5.2.1. Seguro de vida/Invalidez:**

- Morte por qualquer causa: Valor de R\$ 3.000,00 (Três mil reais);
- Morte acidental: Valor R\$ 6.000,00 (seis mil reais);
- Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente: Valor R\$ 6.000,00 (seis mil reais);
- Invalidez Funcional Permanente Total por Doença: Valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

#### **5.2.2. Auxílio Funeral: até 1.000,00 (hum mil reais).**

## **6. DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS**

### **6.1. Assistência funeral - Empregados**

6.1.1. Os serviços deverão ser prestados com a disponibilização de urna, coroas de flores, ornamentação do caixão e preparação da sala do velório, preparação do corpo (vestir) etc, assim como definição do local do velório, cemitério e horário para sepultamento, e ainda traslado terrestre num raio de até 100 km, sepultamento, com a remoção e higienização do corpo, na residência, IML ou hospital, e também a orientação sobre o serviço de cartório e esclarecimento de dúvidas aos beneficiário(s)/familiar(es).

6.1.2. As famílias deverão comunicar o falecimento do segurado/empregado, a CONTRATADA após efetuar o registro de óbito que não deverá exceder o período de 24h após o horário de falecimento para que este realize o contato com o Serviço Funerário. O comunicado com a CONTRATADA, não isenta o declarante de comparecer à Funerária.

6.1.3. Não haverá reembolso, caso os beneficiários/familiares do empregado arquem com os custos do funeral e não utilizem os serviços disponibilizados pela Assistência Funeral.



6.1.4. Para a Assistência Funeral o(s) beneficiário(s)/familiar(es) deverá(ão) enviar os documentos abaixo para a CONTRATADA, via e-mail, escaneados ou conforme definido entre CONTRATANTE E A CONTRATADA:

- A. Certidão de Óbito;
- B. Documento de identidade do segurado;
- C. Documento de identidade do beneficiário/familiar.

6.2. Para a Auxílio Funeral - Crianças, adolescentes, aprendizes ou outros atendidos geral

O(s) familiar(es)/responsável(is) deverá(ão) enviar os documentos abaixo para a Divisão de Recursos Humanos, via email, escaneados:

- A. Certidão de Óbito;
- B. Documento de identidade do familiar/responsável;
- C. Conta corrente.

6.3. O pagamento do Auxílio Funeral será efetuado em conta corrente, indicada pelo familiar/responsável.

6.4. O Seguro de Vida é tratado em cláusulas próprias.

## **7. DO INÍCIO DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

7.1. O prazo de vigência da APÓLICE será de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, devendo vigorar a partir da assinatura do Contrato.

7.2 O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, a contar de sua emissão, podendo ser prorrogado a critério da CONTRATANTE e nos termos da Lei.

## **8. REGIME DE CONTRATAÇÃO**

8.1. O seguro de vida e acidentes pessoais em grupo, objeto do presente termo, será contratado sob o regime de contratação coletiva empresarial, sob responsabilidade da Estipulante (Fundhas – CONTRATANTE).

8.2. A adesão será compulsória para as crianças, adolescentes e atendidos geral e facultativa para os empregados da CONTRATANTE, por meio de proposta de adesão, cujo índice atual de adesão é de 76,22%.

8.3. O custeio do seguro de vida e acidentes pessoais em grupo, para os empregados e adolescentes aprendizes será na modalidade de custeio contributivo e não contributivo para as crianças, adolescentes e atendidos geral, ou seja, o prêmio do seguro será pago neste último caso integralmente pelo Estipulante (Fundhas – CONTRATANTE).

## **9. GRUPO SEGURÁVEL**

9.1. Para fins do objeto deste termo, o grupo segurável é composto de 6.929 (seis mil, novecentos e vinte e nove) vidas em abril/2023, entre crianças, adolescentes e empregados da CONTRATANTE, independentemente da idade, porém, deverá ser utilizado a quantidade de 6.792 (seis mil, setecentos e noventa e duas) vidas para base para o cálculo do valor do prêmio mensal unitário que deverá constar da proposta (grupo segurado).

- a. O grupo segurado corresponde à somatória de 439 funcionários, 2231 crianças, 2322 adolescentes e previsão de 1800 novos atendidos.

9.2. O número de vidas estipuladas no item 9.1. tem como referência o mês de abril de 2023 e poderá sofrer variações durante a vigência do Contrato, para mais ou para menos, devido às contratações e desligamentos que podem ocorrer a qualquer momento.

9.3. A quantidade de vidas informadas no item 9.1. está contemplando os afastados e os aposentados por invalidez.

9.4. O número de vidas segurável encontra-se demonstrado abaixo:

QUADRO DE EMPREGADOS/CRIANÇAS, ADOLESCENTES, APRENDIZES E ATENDIDOS	
TIPO	QUANTIDADES
1 - EMPREGADOS TOTAL	576
EMPREGADOS AFASTADOS POR DOENÇA OU ACIDENTE	10
EMPREGADOS AFASTADOS POR PROC.INVALIDEZ	05
2 – CRIANÇAS (MENORES DE 14 ANOS)	2231
3 - ADOLESCENTES, APRENDIZES E ATENDIDOS ATUAIS (14 ANOS A 20 ANOS)	2322
PREVISÃO ATENDIDOS (NOVA ADMISSÃO) AGENTE CIDADÃO + JARDIM SÃO JOSÉ	1100
PROJETOS NOVOS	700
FAIXA ETÁRIA DE EMPREGADOS	
DE 22 A 30 ANOS	11
DE 31 A 40 ANOS	66
DE 41 A 50 ANOS	205
DE 51 A 60 ANOS	202
ACIMA DE 60 ANOS	92

Referência: abril/2023

Sendo:

- Item 1 – empregados, total de 576, já está considerando os 10 empregados afastados e os 5 empregados aposentados por invalidez.
- Item 2 - número de 2231 se trata das crianças atendidas menores de 14 anos
- Item 3 - número de 2322 se trata de adolescentes, aprendizes e atendidos maiores de 14 até 20 anos.
- A previsão de novos atendidos entre Agente Cidadão, Jardim São José e Novos Projetos, não constam no item 3 do quadro e somados, totalizam 1800, sendo:  
500 Agentes Cidadãos - jovens de 16 a 19 anos  
500 Jardim São José - crianças de 6 a 14 anos  
100 Jardim São José - adolescentes de 14 a 15 anos  
700 Projetos Novos - maiores de 18 anos.

9.5. O quadro de pessoal possui 05 (cinco) trabalhadores distribuídos em função de risco, que faz jus à periculosidade, atualmente são: coordenador da área de elétrica, eletricitista e o auxiliar de manutenção que atua diretamente na área de elétrica.

9.6. Para fins deste seguro, se considera como grupo segurável as pessoas com vínculo junto à Contratante.

9.7. Não há limite de capital segurado para empregados.

9.8. O segurado principal (empregado) poderá a qualquer tempo definir livremente os seus beneficiários, por escrito, através de preenchimento da proposta de adesão ou outro meio definido entre as partes.

9.9. Quando o segurado principal não indicar os beneficiários, a indenização será paga em conformidade com a legislação vigente à data do evento.

9.10. Deve constar da apólice que não haverá prazo de carência para pagamento das indenizações.

9.11. Para formalizar suas propostas, apresentamos relação com data de nascimento, sexo e salário dos empregados integrantes do grupo segurável (item 20.).

## 10. CUSTO ATUAL

Descrição	Quantidade de segurados atual	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)
Seguro de vida de empregados e Crianças, Adolescentes, Aprendizes e atendidos geral	4.992	7.422,93	89.075,16

Referência: abril/23

## 11. CAPITAL SEGURO

11.1. O capital segurado individual poderá ser reajustado mediante solicitação do Estipulante (Fundhas – CONTRATANTE).

## 12. CARÊNCIA, LIMITE DE IDADE E EXAMES MÉDICOS

12.1. Não haverá prazo de carência, limite de idade e nem realização de exames médicos, sob nenhuma forma, para a inclusão de segurados no plano de seguro contratado, assim como durante a vigência da apólice e do contrato.

12.2. A seguradora contratada aceitará, sem restrições, todos os segurados da apólice atualmente em vigor, acatando as transferências da apólice anterior para a que está sendo contratada.

12.3. Tabela de empregados afastados:

Nº	Data Nascimento	Idade	CID	Data Início do afastamento	Benefício
1	17/12/1959	63	F33.2/F48.8	23/04/2021	B-31
2	27/08/1972	50	S52.6/S52.3	15/01/2023	B-31
3	04/08/1977	45	I62.9/I64	21/01/2023	B-31
4	19/06/1979	43	M79.7/R51/G47	25/01/2023	B-31
5	18/11/1972	50	F41.1F32.2	31/01/2023	B-31
6	31/05/1959	63	M75.1	03/02/2023	B-31
7	29/07/1961	61	F42.1	15/02/2023	B-31
8	05/03/1968	55	F31.8/F48.8	27/02/2023	B-31
9	04/09/1967	55	M54.4/M54.2	06/03/2023	B-31
10	15/01/1953	70	M54.2	27/03/2023	B-31

Referência: abril/23

#### 12.4. Aposentados por Invalidez

Nº	Data Nascimento	CID	Data Início do afastamento	Benefício
1	11/10/1978	F20.0	19/11/2018	B-31
2	09/11/1958	M06.8/M54.5	21/03/2018	B-31
3	09/08/1963	G35	04/10/2010	B-31
4	22/01/1959	D33	15/12/2008	B-31
5	13/04/1957	F33	08/10/2008	B-31

Referência: abril/23

### 13. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA: APÓLICE E CERTIFICADOS

13.1. A seguradora CONTRATADA deverá emitir a Apólice de Seguro no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a assinatura do Contrato, a qual deverá constar os dados do estipulante e dos segurados, coberturas, valores contratados (capitais segurados), prazo de vigência e condições gerais.

13.1.1. A seguradora CONTRATADA fornecerá ainda a cada segurado um Certificado Individual no início de cada seguro e em cada uma das renovações subsequentes, contendo o número da apólice, os nomes do Estipulante e do segurado, as datas de início e término de vigência da cobertura e os capitais segurados relativos a cada cobertura contratada, quando solicitado pela CONTRATANTE.

13.1.2. A apólice e os certificados individuais de seguros deverão estar disponíveis eletronicamente aos usuários, via login e senha, bem como o contato dos serviços funerários, no caso de empregados, para informar falecimento, 24 horas, 7 dias da semana, incluindo finais de semana e feriados.

### 14. SINISTRO (SEGURO DE VIDA)

14.1. Na ocorrência de sinistro, a CONTRATANTE deverá avisar imediatamente à seguradora, após o recebimento da certidão de óbito. A Seguradora deverá enviar a lista de documentos à CONTRATANTE que encaminhará ao beneficiário e/ou responsável para preencher o formulário de aviso de sinistro e apresentar a documentação solicitada, conforme definida nas condições gerais do seguro.

14.2. O prazo para liquidação dos sinistros não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, para todas as coberturas, contados a partir da entrega da documentação exigida.

14.3. O pagamento das indenizações deverá ocorrer no máximo 20 (vinte) dias após a liquidação dos sinistros.

14.4. O pagamento das indenizações e auxílio funeral ocorrerá no banco informado pelo beneficiário ou responsável.

14.5. A falta de pagamento da indenização no prazo previsto no item 14.3. implicará na aplicação de juros de mora a partir desta data, sem prejuízo de sua atualização, além da aplicação das sanções administrativas estipulados no Contrato.

14.6. Nos últimos 05 (cinco) anos, de 2018 a 2022, houve 14 (quatorze) sinistros indenizados, sendo 12 (doze) por morte no valor de R\$ 896.720,84 (oitocentos e noventa e seis mil, setecentos e vinte reais e oitenta e quatro centavos) e 2 (dois) por invalidez parcial no valor de R\$22.390,63 (vinte e dois mil, trezentos e noventa reais e sessenta e três centavos). A indenização por invalidez foi parcial e os empregados permanecem como segurados, bem como se houver indenização por Invalidez "Total" o segurado deixará de fazer parte do grupo

de segurados, conforme legislação vigente. O motivo da indenização foi acidental, sendo pagas de acordo com o grau de invalidez. Os casos indenizados não fazem parte do quadro de afastados como aposentadoria por invalidez, conforme quadro do item 12.4.

14.7. Quadro de datas de ocorrências e aviso de sinistro:

DATA DA OCORRÊNCIA/ D.O	DATA COMUNICADO SINISTRO
30/06/2018	24/08/2018
06/07/2018	24/07/2018
26/12/2018	30/01/2019
26/07/2018	04/10/2022
12/08/2020	11/09/2020
23/09/2020	14/10/2020
11/01/2021	21/01/2021
11/03/2021	23/03/2021
12/03/2021	30/03/2021
28/04/2021	03/05/2021
04/04/2021	12/04/2021
07/11/2021	07/11/202
08/04/2022	13/04/2022
12/06/2022	21/06/2022

## 15. DISTRIBUIÇÃO DE EXCEDENTE TÉCNICO

15.1. A presente cláusula estabelece as condições de distribuição dos resultados técnicos da apólice ao estipulante e/ou segurados do grupo.

15.2. A distribuição do excedente técnico deve ser realizada após o término de vigência anual da apólice, depois de pagas todas as faturas do período e no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da última quitação, vedado qualquer adiantamento a título de resultados técnicos.

15.3. As apurações do resultado técnico serão atualizadas monetariamente com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, desde o término de vigência anual da apólice até a data de distribuição do excedente técnico, destinando-se aos segurados e/ou estipulante um percentual do resultado apurado, não cabendo qualquer adiantamento neste período.

15.4. Serão distribuídos aos segurados e à CONTRATANTE, na proporção de suas respectivas contribuições, após o aniversário da apólice, 50% (cinquenta por cento) dos resultados técnicos de acordo com as normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, considerando-se o percentual de 20% (vinte por cento) para efeito das despesas administrativas.

15.5. A importância destinada aos segurados será entregue ao estipulante, contra recibo e mediante depósito bancário na conta do estipulante ou pagamento de cheque nominativo de emissão da seguradora, que efetuará o repasse do resultado aos segurados, proporcionalmente ao custeio do seguro.

15.6. A CONTRATADA deverá enviar a apuração anual do excedente técnico, no mês seguinte ao completar os 12 meses, quando o resultado for superavitário, o relatório com os valores para a CONTRATANTE efetuar a distribuição da participação dos empregados; bem como se for deficitário, enviar um relatório com a explicação dos cálculos, comprovando assim o não pagamento do excedente técnico.

## **16. DA PROPOSTA DE PREÇOS**

16.1. Os preços propostos deverão estar de acordo com os praticados no mercado, e neles deverão estar inclusos todos os impostos, taxas, fretes, material, mão-de-obra, instalações e quaisquer outras despesas necessárias e não especificadas neste Termo de Referência, mas julgadas essenciais ao cumprimento do objeto desta contratação.

## **17. DA FORMA DE PAGAMENTO**

17.1. O pagamento será efetuado mensalmente em até 15 (quinze) dias, após a atestação da nota fiscal por parte da fiscalização dos serviços.

17.2. A CONTRATANTE não recolhe IR, PIS/PASEP, COFINS, INSS E CSLL.

17.3. A CONTRATANTE não realiza operações de crédito, câmbio e seguro.

17.4. O pagamento observará sempre o número de vidas cobertas para cada mês de vigência do contrato, com direito a inclusões/exclusões.

17.5. A vigência de novas inclusões pode ocorrer dentro do mês vigente, com emissão da fatura de pagamento para o mês seguinte.

17.6. Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente a entrega da relação atualizada, contendo os dados dos segurados (incluídos e excluídos), que será fornecida mensalmente pela CONTRATADA.

17.7. O pagamento da fatura deverá ocorrer através de transferência bancária, não será aceito pagamento por boleto.

## **18. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

18.1. A qualificação técnica será comprovada mediante:

- A. prova de regularidade, emitida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, que comprove que a licitante está apta a operar no mercado segurador brasileiro, e que está legalmente autorizada a operar no mercado no ramo de seguro de vida em grupo e/ou acidentes pessoais coletivos.

## **19. CONDIÇÕES GERAIS**

19.1. São de inteira responsabilidade da seguradora CONTRATADA todas as despesas com a implantação do plano, tais como: criação de cadastro, confecção de impressos, fornecimento de apólices e certificados etc.



19.2. As coberturas contratadas vigorarão imediatamente após a assinatura do contrato, devendo a seguradora arcar com todos os sinistros ocorridos a partir desta data, exceto no caso de suicídio que terá 2 (dois) anos de carência, conforme Código Civil.

19.2.1. Para os segurados inscritos após o início de vigência do contrato, a cobertura terá início a partir de zero hora do dia de admissão destes no serviço contratado.

19.3. Os beneficiários do seguro serão aqueles indicados por cada segurado. Na falta de indicação, a indenização será paga de acordo com a legislação vigente.

19.3.1. Os beneficiários do seguro podem ser alterados a qualquer tempo pelo segurado empregado, mediante formulário próprio da seguradora, por intermédio do Estipulante.

19.4. As alterações, exclusões e novas inclusões de segurados serão enviadas pela CONTRATANTE através de formulário próprio da seguradora contratada ou, na falta deste, por simples comunicação da CONTRATANTE com as informações necessárias para identificação do segurado.

19.5. O prêmio e a indenização do Professor horista e o(a) Supervisor(a) de Estágio de Enfermagem, após a atribuição de aulas, permanecerem em manutenção de vínculo, ou seja, apenas com uma aula atribuída ou sem aula atribuída, serão calculados sobre a média da carga horária dos 12 (doze) meses antecedentes à manutenção do vínculo e/ou quando não tiverem aulas atribuídas.

19.6. As informações relativas ao plano de seguro contratado poderão ser fornecidas através de meio magnético ou outro meio, na conveniência das partes, com os dados indicados pela seguradora.

19.7. A seguradora CONTRATADA deverá informar à CONTRATANTE sobre a finalização do sinistro, bem como o valor da indenização.

19.8. O custo anual deverá atender o grupo de segurados mencionados no item 1.1.

19.9. O prazo para a entrega dos movimentos encerrar-se-á no 15 (décimo quinto) dia do mês subsequente à competência apurada. A CONTRATANTE enviará à CONTRATADA um relatório por meio eletrônico (planilha) com dados necessários para geração de uma prévia do faturamento, que deverá ser enviado pela CONTRATADA em até 3 (três) dias úteis à CONTRATANTE. Após conferência dos dados e aprovação dos valores enviados na prévia pela CONTRATANTE, a CONTRATADA providenciará a emissão da fatura.

19.10. É vedada a inclusão no custo do segurado de despesas de corretagem, agenciamento ou pró-labore.

## 20. RELAÇÃO DOS EMPREGADOS DO GRUPO SEGURÁVEL

Salário Composto	Nascimento	Sexo
227,45	31/07/1981	F
355,17	12/08/1971	M
746,52	06/09/1984	F
919,78	22/01/1959	F
939,30	23/05/1962	M

1420,72	05/08/1973	F
1515,14	20/11/1961	M
1517,65	20/09/1971	F
1574,79	13/04/1957	M
1608,81	11/10/1978	M
1728,08	10/12/1969	M
1858,58	10/08/1961	M
1889,12	20/03/1978	M
1905,25	27/04/1962	M
1961,69	19/05/1977	M
2028,91	19/10/1978	M
2073,52	04/04/1959	M
2099,04	26/01/1962	M
2099,04	29/07/1961	M
2106,87	24/02/1960	M
2109,70	30/04/1954	M
2124,96	21/08/1960	M
2135,21	07/07/1967	M
2163,90	11/07/1963	F

2191,56	21/10/1975	F
2191,56	09/07/1973	F
2191,56	19/09/1971	F
2191,56	15/12/1970	F
2191,56	16/07/1967	F
2191,87	05/03/1968	M
2208,94	21/03/1970	F
2393,95	04/07/1969	M
2408,77	17/05/1962	F
2408,77	16/03/1960	F
2408,77	09/10/1956	F
2427,89	07/04/1969	M
2447,00	04/12/1968	F
2447,00	29/05/1966	F
2447,00	26/08/1956	F
2447,00	13/10/1956	F
2473,66	26/04/1969	M
2473,66	12/07/1965	M
2490,33	17/07/1972	M

2493,18	20/03/1970	M
2599,62	13/01/1964	M
2632,49	28/01/1982	M
2657,78	08/12/1958	F
2698,92	30/05/1985	F
2698,92	27/03/1974	F
2719,11	13/05/1978	M
2719,11	29/11/1968	M
2740,99	16/11/1958	M
2740,99	15/01/1957	M
2762,86	14/12/1959	M
2762,86	31/10/1952	M
2794,97	10/07/1960	F
2847,31	24/08/2000	F
2847,31	21/09/2000	F
2847,31	01/09/2000	F
2847,31	29/07/1998	M
2847,31	07/05/1997	M
2847,31	19/09/1997	F

2847,31	08/04/1997	F
2847,31	18/08/1996	F
2847,31	05/06/1995	F
2847,31	19/07/1993	F
2847,31	29/09/1992	F
2847,31	11/08/1990	F
2847,31	03/12/1990	F
2847,31	20/07/1989	F
2847,31	04/11/1989	F
2847,31	29/12/1987	F
2847,31	05/07/1985	F
2847,31	20/07/1985	F
2847,31	20/11/1985	F
2847,31	28/06/1984	F
2847,31	29/03/1984	F
2847,31	05/04/1983	M
2847,31	16/03/1981	F
2847,31	12/08/1978	F
2847,31	10/02/1978	F

2847,31	23/01/1976	F
2847,31	08/10/1968	M
2847,31	25/03/1968	F
2847,31	21/05/1961	F
2861,50	29/11/1961	F
2884,00	14/11/1962	F
3037,34	17/02/1976	F
3043,07	12/02/1966	M
3043,07	04/10/1962	M
3043,07	16/03/1955	M
3043,07	02/11/1951	M
3071,92	09/08/1989	F
3071,92	06/01/1986	M
3071,92	31/01/1980	F
3071,92	28/07/1978	F
3071,92	06/05/1976	F
3071,92	16/11/1976	F
3071,92	30/06/1971	F
3079,73	09/06/1976	F



3099,06	29/01/1990	F
3099,06	07/02/1975	F
3106,87	06/10/1983	F
3225,75	25/02/1968	M
3263,17	03/05/1968	M
3276,10	20/04/1986	M
3276,94	09/03/1982	F
3276,94	09/09/1971	F
3276,94	10/11/1964	F
3281,49	12/02/1963	M
3328,65	10/09/1960	M
3373,47	19/12/1987	F
3383,39	18/05/1974	M
3410,87	10/04/1969	F
3440,33	08/09/1968	F
3462,93	20/05/1978	F
3492,46	04/07/1976	F
3499,49	26/01/1960	M
3516,53	05/04/1968	M

3516,53	04/10/1965	M
3554,72	05/12/1978	F
3573,72	12/11/1973	M
3603,58	20/04/1978	F
3629,16	27/03/1972	M
3633,43	10/02/1979	F
3695,02	04/11/1982	M
3702,84	02/05/1986	F
3728,27	01/03/1986	M
3728,27	08/04/1985	M
3728,27	25/11/1983	M
3728,27	07/07/1980	M
3728,27	20/11/1978	M
3728,27	21/08/1974	M
3728,27	20/04/1973	M
3728,27	07/11/1968	F
3736,09	15/09/1984	M
3736,09	28/04/1970	F
3761,52	16/07/1983	M

3761,52	18/08/1982	M
3761,52	11/07/1969	M
3769,34	26/05/1987	F
3769,34	29/04/1977	M
3769,34	19/01/1969	M
3780,81	12/03/1959	F
3781,75	15/01/1953	F
3801,77	01/03/1986	F
3899,53	28/03/1957	M
3946,92	11/01/1982	F
3966,17	31/03/1949	F
3979,75	14/02/1980	F
3979,76	25/03/1970	M
3979,76	07/12/1969	F
4012,49	11/05/1961	F
4012,61	03/10/1974	M
4012,61	08/01/1962	F
4045,33	03/11/1974	F
4055,06	06/06/1971	F

4065,78	24/06/1983	F
4091,68	19/06/1966	M
4097,11	03/05/1958	F
4153,52	19/12/1986	F
4182,81	11/05/1969	M
4182,81	20/02/1967	F
4186,55	14/09/1981	F
4186,55	13/02/1980	M
4186,55	20/08/1978	M
4186,55	12/05/1970	F
4186,55	07/07/1970	F
4205,41	10/02/1989	F
4205,41	20/02/1983	M
4205,41	27/09/1981	F
4205,41	15/09/1978	M
4212,80	21/05/1978	F
4220,75	15/03/1970	M
4221,91	03/12/1973	M
4221,91	28/01/1970	F

4221,91	02/09/1968	M
4223,12	28/11/1983	M
4223,12	18/03/1982	F
4223,12	16/07/1976	F
4243,88	20/03/1974	F
4258,49	07/04/1982	M
4270,40	28/07/1959	M
4318,02	25/08/1978	M
4318,02	15/05/1975	M
4320,20	11/09/1969	M
4320,20	02/09/1958	M
4335,10	19/06/1979	F
4339,52	10/10/1968	M
4374,60	11/03/1960	M
4433,13	21/03/1959	M
4469,14	13/08/1979	M
4469,14	08/06/1971	M
4469,14	12/09/1969	M
4469,14	12/07/1964	F

4583,96	19/12/1965	F
4621,24	15/12/1976	M
4621,24	06/09/1962	M
4677,97	27/02/1981	M
4704,76	04/09/1967	F
4704,77	20/12/1976	F
4717,00	16/09/1983	F
4718,21	15/06/1971	M
4742,37	17/12/1959	F
4743,70	09/11/1981	M
4743,70	24/03/1981	F
4743,70	23/06/1969	F
4744,99	12/06/1982	M
4744,99	02/11/1981	F
4744,99	26/11/1978	F
4744,99	10/06/1975	M
4744,99	17/02/1971	F
4744,99	06/04/1965	F
4775,24	15/06/1967	M



4783,94	24/08/1982	M
4783,94	25/12/1979	F
4783,94	15/03/1974	M
4783,94	26/07/1973	M
4783,94	17/03/1965	F
4815,48	06/01/1981	F
4815,48	22/12/1963	M
4855,71	16/05/1973	M
4862,71	07/03/1978	M
4880,43	09/07/1983	F
4922,09	07/03/1982	F
4924,26	25/12/1954	M
4957,24	22/05/1982	F
4957,24	11/05/1969	M
4957,24	08/01/1966	F
4957,24	27/11/1955	M
4957,24	12/12/1951	M
4957,24	31/07/1946	M
5019,74	12/12/1979	F

5092,02	15/10/1970	M
5107,42	11/07/1957	F
5107,42	06/08/1957	F
5164,19	25/08/1981	F
5164,31	11/04/1978	F
5195,56	09/08/1963	F
5207,37	29/09/1975	F
5207,37	25/05/1955	M
5215,80	06/01/1965	F
5257,55	17/04/1982	M
5257,55	04/06/1981	F
5257,55	07/01/1977	F
5257,55	12/07/1976	M
5257,55	19/03/1974	F
5257,55	02/05/1972	M
5257,55	06/10/1970	M
5257,55	14/09/1963	M
5258,88	29/12/1981	F
5258,88	05/05/1970	F

5300,50	22/08/1970	F
5300,50	18/07/1966	F
5300,50	22/01/1966	F
5301,81	16/02/1969	M
5301,81	27/11/1965	M
5305,78	24/10/1954	M
5315,64	30/03/1967	F
5360,32	07/02/1965	F
5370,24	27/06/1984	M
5370,89	11/08/1974	M
5401,12	31/10/1976	F
5401,12	21/01/1965	F
5403,96	05/10/1967	M
5415,15	06/10/1981	M
5446,93	18/09/1964	F
5446,94	14/05/1965	F
5490,30	13/01/1975	F
5492,76	11/12/1980	F
5492,76	21/10/1979	F

5492,76	04/02/1979	F
5492,76	02/06/1974	F
5492,76	25/07/1974	F
5492,76	15/10/1970	F
5492,76	26/01/1966	F
5492,76	25/07/1963	F
5492,76	08/09/1961	F
5506,74	21/05/1964	M
5528,46	23/07/1962	M
5538,59	12/03/1977	F
5538,59	10/11/1974	F
5576,78	25/01/1975	M
5576,78	20/03/1952	F
5608,94	10/05/1977	F
5644,59	07/07/1965	F
5679,55	02/12/1958	F
5684,32	02/01/1976	F
5684,32	12/07/1968	F
5824,07	07/06/1971	F

5919,67	09/02/1972	F
5934,92	11/02/1979	F
5950,26	05/02/1964	M
6079,47	12/04/1974	F
6079,47	09/11/1970	F
6079,47	23/11/1960	F
6079,48	15/04/1968	F
6079,48	21/07/1963	F
6079,48	18/11/1963	F
6080,04	01/02/1957	M
6129,88	17/02/1967	F
6129,88	31/08/1963	F
6129,88	09/04/1958	F
6184,73	15/01/1967	F
6273,94	19/11/1991	M
6273,94	08/02/1989	F
6273,94	18/05/1977	F
6273,94	20/09/1973	M
6273,94	21/05/1970	M

6273,94	30/11/1967	M
6273,94	21/12/1964	M
6273,94	05/07/1953	M
6305,92	23/05/1955	F
6332,81	21/04/1980	M
6338,34	27/08/1972	F
6349,64	03/06/1976	F
6349,64	24/11/1974	M
6349,64	30/05/1967	M
6442,96	12/11/1967	F
6482,49	10/07/1968	M
6585,92	25/01/1989	M
6588,86	18/06/1986	F
6603,42	09/03/1980	M
6649,31	12/04/1976	F
6661,89	29/08/1959	F
6709,76	20/04/1986	F
6709,76	05/08/1983	F
6709,76	25/11/1981	F



6709,76	13/04/1981	F
6709,76	24/06/1980	F
6709,76	13/03/1977	F
6709,76	25/10/1971	F
6709,76	04/10/1966	F
6739,49	30/12/1976	F
6770,21	20/08/1987	F
6770,21	22/05/1983	F
6770,21	12/07/1982	F
6770,21	06/09/1982	F
6770,21	08/02/1982	F
6770,21	18/12/1980	F
6770,21	22/07/1976	F
6770,21	07/05/1972	F
6770,21	15/12/1971	F
6770,21	05/03/1970	F
6781,81	16/11/1990	F
6799,83	15/10/1972	M
6799,83	07/08/1971	M

6801,65	22/05/1952	F
6816,41	22/02/1970	M
6946,50	17/09/1965	F
7058,77	29/10/1974	F
7139,19	26/05/1983	F
7163,04	22/04/1969	F
7245,13	04/01/1981	M
7246,64	06/04/1980	F
7264,93	09/02/1968	M
7278,66	18/01/1966	F
7307,56	12/07/1982	M
7447,23	10/08/1987	F
7447,23	29/03/1985	F
7447,23	09/05/1983	F
7447,23	06/11/1979	M
7447,23	12/06/1977	F
7447,23	12/11/1974	F
7497,92	12/11/1972	F
7497,96	16/08/1975	F

7513,72	20/12/1983	M
7556,95	22/01/1985	F
7586,68	01/10/1971	M
7612,94	10/09/1969	M
7630,94	04/01/1978	F
7630,94	18/07/1977	F
7630,94	07/01/1974	F
7630,94	12/08/1964	F
7630,94	23/06/1955	F
7651,94	28/06/1972	F
7652,06	05/09/1979	F
7665,32	28/06/1968	M
7697,44	02/08/1977	F
7697,44	25/12/1961	M
7716,56	03/05/1969	M
7718,88	17/07/1972	M
7718,88	31/07/1957	M
7748,14	05/03/1971	F
7763,23	06/03/1981	M

7764,52	08/01/1975	F
7765,46	27/07/1972	F
7817,29	27/01/1972	F
7819,96	06/03/1977	F
7836,89	12/01/1974	M
7910,55	25/06/1984	M
7935,96	01/06/1976	F
8016,61	01/09/1964	M
8029,07	30/09/1969	F
8144,68	10/06/1980	F
8166,29	02/04/1972	F
8168,74	09/09/1971	F
8333,34	07/04/1975	M
8451,46	19/10/1975	F
8462,06	02/09/1982	F
8462,06	22/01/1982	F
8462,06	09/11/1981	F
8462,06	09/05/1980	F
8462,06	20/12/1971	F

8462,06	03/09/1968	F
8462,06	15/03/1966	F
8501,66	09/01/1982	M
8521,48	14/04/1982	M
8521,48	02/10/1976	F
8521,48	22/01/1972	F
8527,64	14/06/1978	F
8527,64	12/01/1976	F
8533,03	05/07/1972	F
8535,20	04/04/1980	F
8535,20	12/12/1979	F
8535,20	15/08/1972	M
8535,20	11/02/1972	F
8535,20	06/03/1971	F
8535,20	28/04/1970	F
8535,20	31/05/1969	F
8535,20	18/10/1967	F
8535,20	16/10/1965	F
8535,20	12/10/1963	F

8535,20	31/12/1961	M
8535,20	21/01/1961	F
8535,20	07/05/1956	F
8594,95	27/11/1966	M
8608,30	09/03/1969	F
8608,34	03/03/1981	F
8608,34	06/03/1981	F
8608,34	24/12/1980	F
8608,34	04/08/1977	F
8608,34	26/05/1976	F
8608,34	22/10/1974	F
8608,34	17/05/1973	F
8608,34	04/07/1972	F
8608,34	02/10/1971	F
8608,34	17/04/1970	F
8608,34	29/01/1969	F
8608,34	25/01/1965	F
8608,34	17/01/1964	F
8608,34	22/01/1961	F

8611,49	26/03/1979	M
8681,49	03/07/1980	F
8681,49	28/10/1978	F
8681,49	10/12/1955	F
8692,57	19/08/1977	F
8707,86	26/06/1973	F
8740,26	04/12/1978	F
8783,67	07/07/1977	F
8864,06	17/07/1980	F
9171,47	19/04/1991	M
9171,47	28/07/1983	F
9171,47	02/11/1979	M
9171,47	31/08/1978	F
9171,47	19/09/1973	M
9171,47	24/10/1963	M
9171,47	16/09/1960	M
9171,47	04/10/1960	F
9171,47	28/07/1949	F
9235,90	31/12/1956	F



9242,42	12/07/1966	M
9273,27	10/10/1977	F
9284,99	31/05/1959	M
9330,50	30/07/1979	F
9334,13	12/02/1980	F
9380,61	01/12/1966	F
9410,26	11/12/1974	M
9457,03	06/02/1967	F
9496,68	03/01/1967	M
9544,79	28/11/1972	F
9544,79	24/02/1972	F
9544,79	10/02/1968	F
9544,79	13/05/1967	F
9544,79	15/03/1961	F
9544,83	21/03/1963	F
9544,83	22/01/1962	F
9544,83	25/06/1955	F
9588,80	10/01/1978	F
9590,25	28/03/1967	F

9625,25	14/05/1975	F
9625,25	06/09/1972	F
9625,25	24/11/1971	F
9625,25	02/10/1967	F
9625,32	22/08/1966	F
9781,58	21/07/1957	F
9864,30	16/03/1965	M
9864,30	24/03/1951	M
9881,63	07/01/1967	F
9941,08	08/06/1968	M
10169,52	03/04/1972	F
10306,85	20/01/1976	F
10565,39	16/05/1975	F
10629,10	03/12/1966	M
10775,33	14/07/1971	F
10776,65	26/04/1962	F
11046,75	16/09/1977	F
11046,75	06/12/1976	F
11046,75	24/06/1971	F

11063,44	21/03/1982	F
11063,44	05/05/1980	M
11063,44	19/10/1966	M
11120,00	19/12/1968	M
11127,14	31/08/1954	M
11127,21	05/01/1958	F
11172,63	09/06/1971	F
11188,36	13/08/1975	F
11273,69	28/05/1982	M
11346,94	23/06/1981	M
11387,35	03/10/1964	M
11618,74	29/12/1975	F
11703,33	31/12/1975	F
11703,33	12/05/1974	F
11710,31	23/09/1970	F
11710,34	24/03/1976	F
11721,11	09/09/1974	M
11852,60	12/11/1972	F
11856,02	18/04/1969	F

11898,54	19/10/1963	M
12072,44	29/08/1963	F
12232,28	09/07/1962	F
12234,48	03/06/1974	F
12234,48	04/10/1973	F
12234,48	07/04/1972	F
12234,48	07/03/1970	F
12252,93	12/12/1982	F
12290,83	26/09/1958	M
12320,79	25/10/1960	F
12322,99	21/04/1961	F
12353,53	18/11/1971	F
12407,14	20/03/1958	F
12409,29	04/03/1971	F
12434,91	21/02/1968	F
12471,25	29/03/1959	F
12621,65	06/12/1974	M
12816,86	25/06/1961	M
12898,04	03/01/1971	F

13115,97	27/11/1958	M
13374,86	05/04/1969	F
13564,33	09/05/1974	F
13715,73	24/01/1968	F
13715,73	19/05/1961	F
13740,12	02/04/1973	M
13740,12	27/05/1965	M
13813,08	14/06/1974	F
13813,08	23/10/1972	F
13813,08	01/09/1970	M
13813,08	07/04/1970	F
13813,08	01/06/1969	F
13813,08	04/09/1966	F
14211,20	30/06/1970	F
14339,84	03/02/1975	F
14339,84	27/09/1955	M
14472,14	27/10/1964	M
14581,99	01/06/1966	F
14601,96	17/12/1962	F

15358,76	22/08/1961	M
15368,51	30/06/1965	M
15476,66	07/12/1989	M
15903,27	25/09/1973	F
16252,85	16/08/1970	M
16780,17	24/02/1956	F
17393,69	21/10/1965	M
17511,48	03/06/1962	F
17629,27	25/07/1959	F
17798,63	07/06/1968	M
18360,33	20/05/1975	M
18804,24	18/02/1968	F
19481,89	09/12/1970	M
20431,19	25/11/1973	F
21444,12	24/02/1978	F
Sem aula atribuída	02/03/1972	F
Sem aula atribuída	25/08/1984	F
Sem aula atribuída	18/11/1972	F
Sem aula atribuída	09/11/1958	F

Sem aula atribuída	04/01/1950	M
R\$ 3.759.680,63	576	

## 21. DOS VALORES MÁXIMOS

Item	Cód. CATSER	Descrição	Qtde.	Unid.	Prêmio Unit. 12 meses	Prêmio Total 12 Meses
1.	906	Contratação de seguro de vida e acidentes pessoais para as crianças, adolescentes, aprendizes, empregados ou outros atendidos da Instituição (apólice básica no ramo de seguro de vida em grupo), bem como assistência funeral e auxílio funeral, conforme Termo de Referência, pelo período de 12 meses (Cód. 41.1.2)	1	Sv	R\$ 471.489,61	R\$ 471.489,61

### 21.1. Planilha Quantitativa – taxa e valores máximos

Item	Descrição	Qtde.	Unid.	Taxa (%)	Prêmio Mensal	Prêmio – 12 Meses
1.	Funcionários Qtde.: 439 (grupo segurado) Capital segurado: R\$ 428.882,40	12	Sv	0,1575	R\$ 1.290,40	R\$ 15.484,77
2.	Adolescentes a partir de 14 anos Qtde.: 3.622 (2.322 + previsão 1.300) Capital segurado: R\$ 3.000,00	12	Sv	0,2005	R\$ 2.178,63	R\$ 26.143,60
3.	Crianças até 13 anos Qtde.: 2.731 (2.231 + previsão 500) Capital segurado: R\$ 3.000,00	12	Sv	0,6150	R\$ 35.821,77	R\$ 429.861,24
<b>Valores Totais Máximos:</b>					<b>R\$ 39.290,80</b>	<b>R\$ 471.489,61</b>



**Processo de Compra nº 251/2023 – Pregão Eletrônico nº 40/2023**

**ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

À

Fundação Hélio Augusto de Souza – Fundhas  
Rua Santarém, nº 560 – Bairro Parque Industrial  
São José dos Campos – SP

*Pregão Eletrônico nº 40/2023*

*Objeto: Contratação de seguro de vida e acidentes pessoais para as crianças, adolescentes, aprendizes, empregados ou outros atendidos da Instituição (apólice básica no ramo de seguro de vida em grupo), bem como assistência funeral e auxílio funeral*

Prezados Senhores,

Após analisarmos minuciosamente, o Edital de Licitação nº 40/2023, referente à presente licitação, e tomarmos conhecimento de todas as suas condições, propomos fornecer, sob nossa integral responsabilidade, o objeto deste Pregão, conforme a seguir discriminado:

Razão Social da Proponente:

CNPJ:

Inscrição Estadual:

Endereço (rua, nº, bairro, cidade, estado, CEP):

Telefone:

E-mail:

Banco, Agência e Conta Corrente nº:

**1. Dos Valores:**

Item	Cód. CATSER	Descrição	Qtde.	Unid.	Prêmio Unit. 12 meses	Prêmio Total 12 Meses
1.	906	Contratação de seguro de vida e acidentes pessoais para as crianças, adolescentes, aprendizes, empregados ou outros atendidos da Instituição (apólice básica no ramo de seguro de vida em grupo), bem como assistência funeral e auxílio funeral, conforme Termo de Referência, pelo período de 12 meses (Cód. 41.1.2)	1	Sv	R\$ _____	R\$ _____

### 1.1. Planilha Quantitativa

Item	Descrição	Qtde.	Unid.	Taxa (%)	Prêmio Mensal	Prêmio – 12 Meses
1.	Funcionários Qtde.: 439 (grupo segurado) Capital segurado: R\$ 428.882,40	12	Sv	_____	R\$ _____	R\$ _____
2.	Adolescentes a partir de 14 anos Qtde.: 3.622 (2.322 + previsão 1.300) Capital segurado: R\$ 3.000,00	12	Sv	_____	R\$ _____	R\$ _____
3.	Crianças até 13 anos Qtde.: 2.731 (2.231 + previsão 500) Capital segurado: R\$ 3.000,00	12	Sv	_____	R\$ _____	R\$ _____
<b>Valores Totais:</b>					<b>R\$ _____</b>	<b>R\$ _____</b>

**2. Condições de pagamento:** O prazo para a entrega dos movimentos encerrar-se-á no 15 (décimo quinto) dia do mês subsequente à competência apurada. A CONTRATANTE enviará à CONTRATADA um relatório por meio eletrônico (planilha) com dados necessários para geração de uma prévia do faturamento, que deverá ser enviado pela CONTRATADA em até 3 (três) dias úteis à CONTRATANTE. Após conferência dos dados e aprovação dos valores enviados na prévia pela CONTRATANTE, a CONTRATADA providenciará a emissão da fatura. O pagamento será efetuado mensalmente em até 15 (quinze) dias, após a atestação da nota fiscal por parte da fiscalização dos serviços;

**3. Local de prestação dos serviços:** Divisão de Recursos Humanos da Sede da Fundhas, situado na Rua Santarém, nº 560, bairro Parque Industrial, São José dos Campos, SP – CEP: 12235-550;

**4. Vigência do Contrato:** 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado a critério da Administração e nos termos da Lei;

**5. Validade da proposta:** mínimo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura da licitação;

**6. Indicação do responsável pela assinatura do Contrato e do Termo de Ciência e de Notificação,** nos termos das Instruções nº 01/2020 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCE/SP, atualizada pela Resolução nº 11/2021: nome completo, cargo e nº do CPF: \_\_\_\_\_.

6.1. Quando não pertencer ao quadro societário da empresa, deverá apresentar procuração pública ou particular, com poderes para assinatura de Contrato em nome da CONTRATADA.

#### Orientações para formulação da proposta:

- *Informar: Valores unitários e totais dos serviços, grafados em algarismos e moeda corrente nacional, **com 2 (duas) casas após a vírgula**, e percentual das taxas, **com 4 (quatro) casas após a vírgula**.*

- *A proposta deverá conter a descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do **Anexo I** – Termo de Referência.*
  - *As propostas deverão incluir todos os custos e despesas, tais como, mas não limitados a tributos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, seguros, taxas, lucro, uniformes, alimentação, transporte, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto.*
  - *É vedada a apresentação de proposta parcial para esta contratação, devendo a licitante contemplar todos os itens que a integram.*
-

Processo de Compra nº 251/2023 – Pregão Eletrônico nº 40/2023

**ANEXO III – DECLARAÇÃO – MODELO**

À

*Fundação Hélio Augusto de Souza – Fundhas*

Declaramos para fins de participação no Pregão acima, e sob as penalidades cabíveis, que:

1. Nossa empresa não está impedida de contratar com Administração Pública, direta e indireta;
2. Não foi declarada inidônea pelo Poder Público, de nenhuma esfera;
3. Não existe fato impeditivo à nossa habilitação;
4. Não possuímos entre nossos proprietários, nenhum titular de mandato eletivo;
5. Não mantemos em nosso quadro de pessoal, menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não possuindo ainda, menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer outro tipo de trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme dispõe o Inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal e Inciso V do Artigo 27 da Lei 8.666/93;
6. Nos termos da recomendação contida no PPIC nº 59/07 da 7ª Promotoria de Justiça da Comarca de São José dos Campos e nos termos da Resolução nº 07/05, atualizada pelas Resoluções nº 09/05 e 21/06, todas do Conselho Nacional de Justiça, estar ciente de que esta empresa não poderá, na constância da relação contratual que venha a firmar com a Fundação Hélio Augusto de Souza – Fundhas, vir a contratar empregado que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral até o terceiro grau, de quaisquer pessoas ocupantes dos cargos de Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais, Chefes de Gabinete, Vereadores ou de cargos de direção, chefia ou de assessoramento da Prefeitura ou da Fundação Hélio Augusto de Souza – Fundhas;
7. Não possuímos quaisquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes, todos do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e atualizações, cujos termos declaro conhecer na íntegra – SOMENTE PARA AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE;
8. Estamos cientes que devemos seguir os padrões de segurança adequados ao uso de dados pessoais de que trata a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Por ser a expressão da verdade, eu, \_\_\_\_\_(nome)\_\_\_\_\_, representante legal desta empresa, firmo a presente.

\_\_\_\_\_(local e data)\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_(assinatura autorizada)\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_(nome e cargo do signatário)\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_(nome da Empresa)\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_(endereço)\_\_\_\_\_

*\* A licitante deverá apresentar declaração conforme modelo constante deste anexo, em papel timbrado e assinado por sócio, proprietário ou procurador da empresa.*

**Processo de Compra nº 251/2023 – Pregão Eletrônico nº 40/2023**

**ANEXO IV – CONDIÇÕES GERAIS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

1. A Autorização de Fornecimento será emitida mediante observação das especificações constantes da proposta apresentada na licitação e homologada pela Administração, assegurando-se em especial os seguintes elementos:

- a) especificações dos serviços;
- b) condições de entrega dos serviços;
- c) condições de garantia dos serviços;
- d) preço dos serviços, incluído todos os encargos e demais despesas;
- e) condições de pagamento;
- f) prazo de entrega dos serviços.

2. As condições acima referidas só poderão ser alteradas mediante autorização expressa da Administração, após análise da solicitação por escrito, devidamente justificada.

3. Todo e qualquer serviço será objeto de inspeção de qualidade por parte da Administração. Na hipótese de ser recusado, a CONTRATADA deverá providenciar a reexecução e/ou correção conforme constante em Contrato e arcará integralmente com as despesas decorrentes.

4. A Autorização de Fornecimento poderá ser cancelada:

- a) quando o fornecimento não satisfizer as especificações e condições propostas e aceitas pela Administração;
- b) quando, por motivo de força maior, o pedido deixar de satisfazer os interesses da Administração.

5. A Administração não se responsabiliza pelo aceite dos serviços executados sem a anotação da respectiva Autorização de Fornecimento.

6. O não cumprimento das especificações e condições estabelecidas na Autorização de Fornecimento, implicará em multas e demais sanções previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 de Junho de 1993.

Processo de Compra nº 251/2023 – Pregão Eletrônico nº 40/2023

ANEXO V – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº \_\_\_\_/2023

Contratantes: Fundação Hélio Augusto de Souza – Fundhas e a empresa \_\_\_\_\_

Objeto: Seguro de vida e acidentes pessoais para as crianças, adolescentes, aprendizes, empregados ou outros atendidos da Instituição (apólice básica no ramo de seguro de vida em grupo), bem como assistência funeral e auxílio funeral

Vigência: 12 (doze) meses

Valor: R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_)

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 40/2023 – Processo de Compra nº 251/2023

DAS PARTES

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, de um lado a **Fundação Hélio Augusto de Souza – Fundhas**, pessoa jurídica de direito privado, criada na conformidade das disposições contidas na Lei Municipal nº 3227 de 28/04/87, alterada pela Lei Municipal nº 4711, de 09/06/95, sediada à Rua Santarém, nº 560, bairro Parque Industrial, na cidade de São José dos Campos, estado de São Paulo, CEP 12235-550, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 57.522.468/0001-63, neste ato representado por seu **Diretor Presidente, Sr. George Lucas Zenha de Toledo**, brasileiro, solteiro, gestor público, RG nº 36.649.418-1 SSP/SP e CPF nº 396.953.518-24, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, sediada à \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, estado de \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, Inscrição Estadual nº \_\_\_\_\_, neste ato representada por seu \_\_\_\_\_ (sócio, diretor, etc) \_\_\_\_\_ Sr. \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ (nacionalidade) \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ (estado civil) \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, a vista do resultado do procedimento licitatório expresso no Pregão Eletrônico nº 40/2023 – Processo de Compra nº 251/2023, celebram entre si o Contrato de seguro de vida e acidentes pessoais para as crianças, adolescentes, aprendizes, empregados ou outros atendidos da Instituição (apólice básica no ramo de seguro de vida em grupo), bem como assistência funeral e auxílio funeral, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA 1ª – DO OBJETO

1. OBJETO

1.1. Constitui objeto deste Contrato, o seguro de vida e acidentes pessoais para as crianças, adolescentes, aprendizes, empregados ou outros atendidos da Instituição (apólice básica no ramo de seguro de vida em grupo), bem como assistência funeral e auxílio funeral.

1.2. Os empregados e aprendizes da CONTRATANTE têm vínculos da Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT, as crianças, adolescentes e os atendidos da Instituição não têm vínculo empregatício.

## 2. JUSTIFICATIVA

2.1. A contratação de seguro de vida faz parte da política de valorização das crianças, adolescentes, aprendizes, empregados ou outros atendidos da CONTRATANTE, de modo a garantir que seus beneficiários/familiares não fiquem desamparados no caso de ocorrência de eventuais sinistros, garantindo-lhes a tranquilidade necessária para a execução de suas atividades.

## 3. RESPONSABILIDADE

3.1. As propostas deverão obedecer às especificações deste Termo de Referência, bem como ao detalhamento dos serviços, sua frequência e periodicidade, deveres, disciplina e gestão da qualidade.

3.2. A atividade será administrada pela Divisão de Recursos Humanos - DRH, recebendo, acompanhando e/ou encaminhando e tramitando a documentação referente à Assistência Funeral, Auxílio Funeral e ao Sinistro.

## 4. DEFINIÇÕES

Apólice: documento que formaliza o Contrato de seguro, estabelecendo os direitos e as obrigações da sociedade seguradora e do segurado, discriminando as garantias contratadas.

Assistência Funeral: será disponibilizado ao beneficiário/familiar do empregado, os serviços para a execução do funeral.

Auxílio Funeral: será concedido à família/responsável das crianças, adolescentes e os atendidos da Instituição, que realizou a despesa do funeral.

Beneficiários: Pessoa física ou jurídica à qual é devida a indenização em caso de sinistro.

Capital segurado: pagamento a ser efetuado ao beneficiário, sob a forma de pagamento único ou de renda.

Certificado de seguro: documento que comprova a inclusão do segurado na apólice coletiva.

Estipulante: pessoa física ou jurídica que propõe a contratação do plano coletivo (Fundhas – CONTRATANTE), ficando investida de poderes de representação do segurado perante à sociedade seguradora.

Grupo segurável: é a totalidade das pessoas físicas vinculadas ao Estipulante que reúne as condições para inclusão na apólice coletiva.

Prêmio: é a prestação paga pelo segurado, para a contratação do seguro.

Sinistro: ocorrência do risco coberto, durante o período de vigência do plano de seguro.

## 5. DA COBERTURA DO SEGURO E DO VALOR

5.1. Empregados - Não haverá limitação de capital.

### 5.1.1. Seguro de Vida / Invalidez

- Morte natural: 20 (vinte) vezes a remuneração;
- Morte acidental: adicional de 20 (vinte) vezes, totalizando 40 (quarenta) vezes a remuneração;
- Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente: adicional de 20 (vinte) vezes, totalizando 40 vezes a remuneração;
- Invalidez Funcional Permanente Total por Doença: 20 (vinte) vezes a remuneração.

### 5.1.2. Assistência Funeral.

## 5.2. Crianças, adolescentes, aprendizes ou outros atendidos geral

### 5.2.1. Seguro de vida/Invalidez:

- Morte por qualquer causa: Valor de R\$ 3.000,00 (Três mil reais);
- Morte acidental: Valor R\$ 6.000,00 (seis mil reais);
- Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente: Valor R\$ 6.000,00 (seis mil reais);
- Invalidez Funcional Permanente Total por Doença: Valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

### 5.2.2. Auxílio Funeral: até 1.000,00 (hum mil reais).

## 6. DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

### 6.1. Assistência funeral - Empregados

6.1.1. Os serviços deverão ser prestados com a disponibilização de urna, coroas de flores, ornamentação do caixão e preparação da sala do velório, preparação do corpo (vestir) etc, assim como definição do local do velório, cemitério e horário para sepultamento, e ainda traslado terrestre num raio de até 100 km, sepultamento, com a remoção e higienização do corpo, na residência, IML ou hospital, e também a orientação sobre o serviço de cartório e esclarecimento de dúvidas aos beneficiário(s)/familiar(es).

6.1.2. As famílias deverão comunicar o falecimento do segurado/empregado, a CONTRATADA após efetuar o registro de óbito que não deverá exceder o período de 24h após o horário de falecimento para que este realize o contato com o Serviço Funerário. O comunicado com a CONTRATADA, não isenta o declarante de comparecer à Funerária.

6.1.3. Não haverá reembolso, caso os beneficiários/familiares do empregado arquem com os custos do funeral e não utilizem os serviços disponibilizados pela Assistência Funeral.

6.1.4. Para a Assistência Funeral o(s) beneficiário(s)/familiar(es) deverá(ão) enviar os documentos abaixo para a CONTRATADA, via e-mail, escaneados ou conforme definido entre CONTRATANTE E A CONTRATADA:

- D. Certidão de Óbito;
- E. Documento de identidade do segurado;
- F. Documento de identidade do beneficiário/familiar.

### 6.2. Para a Auxílio Funeral - Crianças, adolescentes, aprendizes ou outros atendidos geral

O(s) familiar(es)/responsável(is) deverá(ão) enviar os documentos abaixo para a Divisão de Recursos Humanos, via email, escaneados:

- A. Certidão de Óbito;
- B. Documento de identidade do familiar/responsável;
- C. Conta corrente.

6.3. O pagamento do Auxílio Funeral será efetuado em conta corrente, indicada pelo familiar/responsável.

6.4. O Seguro de Vida é tratado em cláusulas próprias.

## 7. DO INÍCIO DO PRAZO DE VIGÊNCIA

7.1. O prazo de vigência da APÓLICE será de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, devendo vigorar a partir da assinatura do Contrato.



7.2 O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, a contar de sua emissão, podendo ser prorrogado a critério da CONTRATANTE e nos termos da Lei.

## 8. REGIME DE CONTRATAÇÃO

8.1. O seguro de vida e acidentes pessoais em grupo, objeto do presente termo, será contratado sob o regime de contratação coletiva empresarial, sob responsabilidade da Estipulante (Fundhas – CONTRATANTE).

8.2. A adesão será compulsória para as crianças, adolescentes e atendidos geral e facultativa para os empregados da CONTRATANTE, por meio de proposta de adesão, cujo índice atual de adesão é de 76,22%.

8.3. O custeio do seguro de vida e acidentes pessoais em grupo, para os empregados e adolescentes aprendizes será na modalidade de custeio contributivo e não contributivo para as crianças, adolescentes e atendidos geral, ou seja, o prêmio do seguro será pago neste último caso integralmente pelo Estipulante (Fundhas – CONTRATANTE).

## 9. GRUPO SEGURÁVEL

9.1. Para fins do objeto deste termo, o grupo segurável é composto de 6.929 (seis mil, novecentos e vinte e nove) vidas em abril/2023, entre crianças, adolescentes e empregados da CONTRATANTE, independentemente da idade, porém, deverá ser utilizado a quantidade de 6.792 (seis mil, setecentos e noventa e duas) vidas para base para o cálculo do valor do prêmio mensal unitário que deverá constar da proposta (grupo segurado).

a. O grupo segurado corresponde à somatória de 439 funcionários, 2231 crianças, 2322 adolescentes e previsão de 1800 novos atendidos.

9.2. O número de vidas estipuladas no item 9.1. tem como referência o mês de abril de 2023 e poderá sofrer variações durante a vigência do Contrato, para mais ou para menos, devido às contratações e desligamentos que podem ocorrer a qualquer momento.

9.3. A quantidade de vidas informadas no item 9.1. está contemplando os afastados e os aposentados por invalidez.

9.4. O número de vidas segurável encontra-se demonstrado abaixo:

QUADRO DE EMPREGADOS/CRIANÇAS, ADOLESCENTES, APRENDIZES E ATENDIDOS	
TIPO	QUANTIDADES
1 - EMPREGADOS TOTAL	576
EMPREGADOS AFASTADOS POR DOENÇA OU ACIDENTE	10
EMPREGADOS AFASTADOS POR PROC.INVALIDEZ	05
2 – CRIANÇAS (MENORES DE 14 ANOS)	2231
3 - ADOLESCENTES, APRENDIZES E ATENDIDOS ATUAIS (14 ANOS A 20 ANOS)	2322
PREVISÃO ATENDIDOS (NOVA ADMISSÃO) AGENTE CIDADÃO + JARDIM SÃO JOSÉ	1100
PROJETOS NOVOS	700
FAIXA ETÁRIA DE EMPREGADOS	
DE 22 A 30 ANOS	11
DE 31 A 40 ANOS	66
DE 41 A 50 ANOS	205
DE 51 A 60 ANOS	202
ACIMA DE 60 ANOS	92

Referência: abril/2023

9.5. O quadro de pessoal possui 05 (cinco) trabalhadores distribuídos em função de risco, que faz jus à periculosidade, atualmente são: coordenador da área de elétrica, eletricista e o auxiliar de manutenção que atua diretamente na área de elétrica.

9.6. Para fins deste seguro, se considera como grupo segurável as pessoas com vínculo junto à Contratante.

9.7. Não há limite de capital segurado para empregados.

9.8. O segurado principal (empregado) poderá a qualquer tempo definir livremente os seus beneficiários, por escrito, através de preenchimento da proposta de adesão ou outro meio definido entre as partes.

9.9. Quando o segurado principal não indicar os beneficiários, a indenização será paga em conformidade com a legislação vigente à data do evento.

9.10. Deve constar da apólice que não haverá prazo de carência para pagamento das indenizações.

9.11. Para formalizar suas propostas, apresentamos relação com data de nascimento, sexo e salário dos empregados integrantes do grupo segurável (item 17.).

## 10. CUSTO ATUAL

Descrição	Quantidade de segurados atual	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)
Seguro de vida de empregados e Crianças, Adolescentes, Aprendizizes e atendidos geral	4.992	7.422,93	89.075,16

Referência: abril/23

## 11. CAPITAL SEGUADO

11.1. O capital segurado individual poderá ser reajustado mediante solicitação do Estipulante (Fundhas – CONTRATANTE).

## 12. CARÊNCIA, LIMITE DE IDADE E EXAMES MÉDICOS

12.1. Não haverá prazo de carência, limite de idade e nem realização de exames médicos, sob nenhuma forma, para a inclusão de segurados no plano de seguro contratado, assim como durante a vigência da apólice e do contrato.

12.2. A seguradora contratada aceitará, sem restrições, todos os segurados da apólice atualmente em vigor, acatando as transferências da apólice anterior para a que está sendo contratada.

12.3. Tabela de empregados afastados:

Nº	Data Nascimento	Idade	CID	Data Início do afastamento	Benefício
1	17/12/1959	63	F33.2/F48.8	23/04/2021	B-31
2	27/08/1972	50	S52.6/S52.3	15/01/2023	B-31
3	04/08/1977	45	I62.9/I64	21/01/2023	B-31
4	19/06/1979	43	M79.7/R51/G47	25/01/2023	B-31
5	18/11/1972	50	F41.1F32.2	31/01/2023	B-31

6	31/05/1959	63	M75.1	03/02/2023	B-31
7	29/07/1961	61	F42.1	15/02/2023	B-31
8	05/03/1968	55	F31.8/F48.8	27/02/2023	B-31
9	04/09/1967	55	M54.4/M54.2	06/03/2023	B-31
10	15/01/1953	70	M54.2	27/03/2023	B-31

Referência: abril/23

#### 12.4. Aposentados por Invalidez

Nº	Data Nascimento	CID	Data Início do afastamento	Benefício
1	11/10/1978	F20.0	19/11/2018	B-31
2	09/11/1958	M06.8/M54.5	21/03/2018	B-31
3	09/08/1963	G35	04/10/2010	B-31
4	22/01/1959	D33	15/12/2008	B-31
5	13/04/1957	F33	08/10/2008	B-31

Referência: abril/23

### 13. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA: APÓLICE E CERTIFICADOS

13.1. A seguradora CONTRATADA deverá emitir a Apólice de Seguro no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a assinatura do Contrato, a qual deverá constar os dados do estipulante e dos segurados, coberturas, valores contratados (capitais segurados), prazo de vigência e condições gerais.

13.1.1. A seguradora CONTRATADA fornecerá ainda a cada segurado um Certificado Individual no início de cada seguro e em cada uma das renovações subsequentes, contendo o número da apólice, os nomes do Estipulante e do segurado, as datas de início e término de vigência da cobertura e os capitais segurados relativos a cada cobertura contratada, quando solicitado pela CONTRATANTE.

13.1.2. A apólice e os certificados individuais de seguros deverão estar disponíveis eletronicamente aos usuários, via login e senha, bem como o contato dos serviços funerários, no caso de empregados, para informar falecimento, 24 horas, 7 dias da semana, incluindo finais de semana e feriados.

### 14. SINISTRO (SEGURO DE VIDA)

14.1. Na ocorrência de sinistro, a CONTRATANTE deverá avisar imediatamente à seguradora, após o recebimento da certidão de óbito. A Seguradora deverá enviar a lista de documentos à CONTRATANTE que encaminhará ao beneficiário e/ou responsável para preencher o formulário de aviso de sinistro e apresentar a documentação solicitada, conforme definida nas condições gerais do seguro.

14.2. O prazo para liquidação dos sinistros não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, para todas as coberturas, contados a partir da entrega da documentação exigida.

14.3. O pagamento das indenizações deverá ocorrer no máximo 20 (vinte) dias após a liquidação dos sinistros.

14.4. O pagamento das indenizações e auxílio funeral ocorrerá no banco informado pelo beneficiário ou responsável.

14.5. A falta de pagamento da indenização no prazo previsto no item 14.3. implicará na aplicação de juros de mora a partir desta data, sem prejuízo de sua atualização, além da aplicação das sanções administrativas estipulados no Contrato.

14.6. Nos últimos 05 (cinco) anos, de 2018 a 2022, houve 14 (quatorze) sinistros indenizados, sendo 12 (doze) por morte no valor de R\$ 896.720,84 (oitocentos e noventa e seis mil, setecentos e vinte reais e oitenta e quatro centavos) e 2 (dois) por invalidez parcial no valor de R\$22.390,63 (vinte e dois mil, trezentos e noventa reais e sessenta e três centavos). A indenização por invalidez foi parcial e os empregados permanecem como segurados, bem como se houver indenização por Invalidez "Total" o segurado deixará de fazer parte do grupo de segurados, conforme legislação vigente. O motivo da indenização foi acidental, sendo pagas de acordo com o grau de invalidez. Os casos indenizados não fazem parte do quadro de afastados como aposentadoria por invalidez, conforme quadro do item 12.4.

14.7. Quadro de datas de ocorrências e aviso de sinistro:

DATA DA OCORRÊNCIA/ D.O	DATA COMUNICADO SINISTRO
30/06/2018	24/08/2018
06/07/2018	24/07/2018
26/12/2018	30/01/2019
26/07/2018	04/10/2022
12/08/2020	11/09/2020
23/09/2020	14/10/2020
11/01/2021	21/01/2021
11/03/2021	23/03/2021
12/03/2021	30/03/2021
28/04/2021	03/05/2021
04/04/2021	12/04/2021
07/11/2021	07/11/202
08/04/2022	13/04/2022
12/06/2022	21/06/2022

## **15. DISTRIBUIÇÃO DE EXCEDENTE TÉCNICO**

15.1. A presente cláusula estabelece as condições de distribuição dos resultados técnicos da apólice ao estipulante e/ou segurados do grupo.

15.2. A distribuição do excedente técnico deve ser realizada após o término de vigência anual da apólice, depois de pagas todas as faturas do período e no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da última quitação, vedado qualquer adiantamento a título de resultados técnicos.

15.3. As apurações do resultado técnico serão atualizadas monetariamente com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, desde o término de vigência anual da apólice até a data de distribuição do excedente técnico, destinando-se aos segurados e/ou estipulante um percentual do resultado apurado, não cabendo qualquer adiantamento neste período.

15.4. Serão distribuídos aos segurados e à CONTRATANTE, na proporção de suas respectivas contribuições, após o aniversário da apólice, 50% (cinquenta por cento) dos resultados técnicos de acordo com as normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, considerando-se o percentual de 20% (vinte por cento) para efeito das despesas administrativas.

15.5. A importância destinada aos segurados será entregue ao estipulante, contra recibo e mediante depósito bancário na conta do estipulante ou pagamento de cheque nominativo de emissão da seguradora, que efetuará o repasse do resultado aos segurados, proporcionalmente ao custeio do seguro.

15.6. A CONTRATADA deverá enviar a apuração anual do excedente técnico, no mês seguinte ao completar os 12 meses, quando o resultado for superavitário, o relatório com os valores para a CONTRATANTE efetuar a distribuição da participação dos empregados; bem como se for deficitário, enviar um relatório com a explicação dos cálculos, comprovando assim o não pagamento do excedente técnico.

## **16. CONDIÇÕES GERAIS**

16.1. São de inteira responsabilidade da seguradora CONTRATADA todas as despesas com a implantação do plano, tais como: criação de cadastro, confecção de impressos, fornecimento de apólices e certificados etc.

16.2. As coberturas contratadas vigorarão imediatamente após a assinatura do contrato, devendo a seguradora arcar com todos os sinistros ocorridos a partir desta data, exceto no caso de suicídio que terá 2 (dois) anos de carência, conforme Código Civil.

16.2.1. Para os segurados inscritos após o início de vigência do contrato, a cobertura terá início a partir de zero hora do dia de admissão destes no serviço contratado.

16.3. Os beneficiários do seguro serão aqueles indicados por cada segurado. Na falta de indicação, a indenização será paga de acordo com a legislação vigente.

16.3.1. Os beneficiários do seguro podem ser alterados a qualquer tempo pelo segurado empregado, mediante formulário próprio da seguradora, por intermédio do Estipulante.

16.4. As alterações, exclusões e novas inclusões de segurados serão enviadas pela CONTRATANTE através de formulário próprio da seguradora contratada ou, na falta deste, por simples comunicação da CONTRATANTE com as informações necessárias para identificação do segurado.

16.5. O prêmio e a indenização do Professor horista e o(a) Supervisor(a) de Estágio de Enfermagem, após a atribuição de aulas, permanecerem em manutenção de vínculo, ou seja, apenas com uma aula atribuída ou sem aula atribuída, serão calculados sobre a média da carga horária dos 12 (doze) meses antecedentes à manutenção do vínculo e/ou quando não tiverem aulas atribuídas.

16.6. As informações relativas ao plano de seguro contratado poderão ser fornecidas através de meio magnético ou outro meio, na conveniência das partes, com os dados indicados pela seguradora.

16.7. A seguradora CONTRATADA deverá informar à CONTRATANTE sobre a finalização do sinistro, bem como o valor da indenização.

16.8. O custo anual deverá atender o grupo de segurados mencionados no item 1.1.

#### 17. RELAÇÃO DOS EMPREGADOS DO GRUPO SEGURÁVEL

Salário Composto	Nascimento	Sexo
227,45	31/07/1981	F
355,17	12/08/1971	M
746,52	06/09/1984	F
919,78	22/01/1959	F
939,30	23/05/1962	M
1420,72	05/08/1973	F
1515,14	20/11/1961	M
1517,65	20/09/1971	F
1574,79	13/04/1957	M
1608,81	11/10/1978	M
1728,08	10/12/1969	M
1858,58	10/08/1961	M
1889,12	20/03/1978	M
1905,25	27/04/1962	M
1961,69	19/05/1977	M

2028,91	19/10/1978	M
2073,52	04/04/1959	M
2099,04	26/01/1962	M
2099,04	29/07/1961	M
2106,87	24/02/1960	M
2109,70	30/04/1954	M
2124,96	21/08/1960	M
2135,21	07/07/1967	M
2163,90	11/07/1963	F
2191,56	21/10/1975	F
2191,56	09/07/1973	F
2191,56	19/09/1971	F
2191,56	15/12/1970	F
2191,56	16/07/1967	F
2191,87	05/03/1968	M
2208,94	21/03/1970	F
2393,95	04/07/1969	M
2408,77	17/05/1962	F
2408,77	16/03/1960	F

2408,77	09/10/1956	F
2427,89	07/04/1969	M
2447,00	04/12/1968	F
2447,00	29/05/1966	F
2447,00	26/08/1956	F
2447,00	13/10/1956	F
2473,66	26/04/1969	M
2473,66	12/07/1965	M
2490,33	17/07/1972	M
2493,18	20/03/1970	M
2599,62	13/01/1964	M
2632,49	28/01/1982	M
2657,78	08/12/1958	F
2698,92	30/05/1985	F
2698,92	27/03/1974	F
2719,11	13/05/1978	M
2719,11	29/11/1968	M
2740,99	16/11/1958	M
2740,99	15/01/1957	M



2762,86	14/12/1959	M
2762,86	31/10/1952	M
2794,97	10/07/1960	F
2847,31	24/08/2000	F
2847,31	21/09/2000	F
2847,31	01/09/2000	F
2847,31	29/07/1998	M
2847,31	07/05/1997	M
2847,31	19/09/1997	F
2847,31	08/04/1997	F
2847,31	18/08/1996	F
2847,31	05/06/1995	F
2847,31	19/07/1993	F
2847,31	29/09/1992	F
2847,31	11/08/1990	F
2847,31	03/12/1990	F
2847,31	20/07/1989	F
2847,31	04/11/1989	F
2847,31	29/12/1987	F

2847,31	05/07/1985	F
2847,31	20/07/1985	F
2847,31	20/11/1985	F
2847,31	28/06/1984	F
2847,31	29/03/1984	F
2847,31	05/04/1983	M
2847,31	16/03/1981	F
2847,31	12/08/1978	F
2847,31	10/02/1978	F
2847,31	23/01/1976	F
2847,31	08/10/1968	M
2847,31	25/03/1968	F
2847,31	21/05/1961	F
2861,50	29/11/1961	F
2884,00	14/11/1962	F
3037,34	17/02/1976	F
3043,07	12/02/1966	M
3043,07	04/10/1962	M
3043,07	16/03/1955	M

3043,07	02/11/1951	M
3071,92	09/08/1989	F
3071,92	06/01/1986	M
3071,92	31/01/1980	F
3071,92	28/07/1978	F
3071,92	06/05/1976	F
3071,92	16/11/1976	F
3071,92	30/06/1971	F
3079,73	09/06/1976	F
3099,06	29/01/1990	F
3099,06	07/02/1975	F
3106,87	06/10/1983	F
3225,75	25/02/1968	M
3263,17	03/05/1968	M
3276,10	20/04/1986	M
3276,94	09/03/1982	F
3276,94	09/09/1971	F
3276,94	10/11/1964	F
3281,49	12/02/1963	M

3328,65	10/09/1960	M
3373,47	19/12/1987	F
3383,39	18/05/1974	M
3410,87	10/04/1969	F
3440,33	08/09/1968	F
3462,93	20/05/1978	F
3492,46	04/07/1976	F
3499,49	26/01/1960	M
3516,53	05/04/1968	M
3516,53	04/10/1965	M
3554,72	05/12/1978	F
3573,72	12/11/1973	M
3603,58	20/04/1978	F
3629,16	27/03/1972	M
3633,43	10/02/1979	F
3695,02	04/11/1982	M
3702,84	02/05/1986	F
3728,27	01/03/1986	M
3728,27	08/04/1985	M

3728,27	25/11/1983	M
3728,27	07/07/1980	M
3728,27	20/11/1978	M
3728,27	21/08/1974	M
3728,27	20/04/1973	M
3728,27	07/11/1968	F
3736,09	15/09/1984	M
3736,09	28/04/1970	F
3761,52	16/07/1983	M
3761,52	18/08/1982	M
3761,52	11/07/1969	M
3769,34	26/05/1987	F
3769,34	29/04/1977	M
3769,34	19/01/1969	M
3780,81	12/03/1959	F
3781,75	15/01/1953	F
3801,77	01/03/1986	F
3899,53	28/03/1957	M
3946,92	11/01/1982	F

3966,17	31/03/1949	F
3979,75	14/02/1980	F
3979,76	25/03/1970	M
3979,76	07/12/1969	F
4012,49	11/05/1961	F
4012,61	03/10/1974	M
4012,61	08/01/1962	F
4045,33	03/11/1974	F
4055,06	06/06/1971	F
4065,78	24/06/1983	F
4091,68	19/06/1966	M
4097,11	03/05/1958	F
4153,52	19/12/1986	F
4182,81	11/05/1969	M
4182,81	20/02/1967	F
4186,55	14/09/1981	F
4186,55	13/02/1980	M
4186,55	20/08/1978	M
4186,55	12/05/1970	F

4186,55	07/07/1970	F
4205,41	10/02/1989	F
4205,41	20/02/1983	M
4205,41	27/09/1981	F
4205,41	15/09/1978	M
4212,80	21/05/1978	F
4220,75	15/03/1970	M
4221,91	03/12/1973	M
4221,91	28/01/1970	F
4221,91	02/09/1968	M
4223,12	28/11/1983	M
4223,12	18/03/1982	F
4223,12	16/07/1976	F
4243,88	20/03/1974	F
4258,49	07/04/1982	M
4270,40	28/07/1959	M
4318,02	25/08/1978	M
4318,02	15/05/1975	M
4320,20	11/09/1969	M

4320,20	02/09/1958	M
4335,10	19/06/1979	F
4339,52	10/10/1968	M
4374,60	11/03/1960	M
4433,13	21/03/1959	M
4469,14	13/08/1979	M
4469,14	08/06/1971	M
4469,14	12/09/1969	M
4469,14	12/07/1964	F
4583,96	19/12/1965	F
4621,24	15/12/1976	M
4621,24	06/09/1962	M
4677,97	27/02/1981	M
4704,76	04/09/1967	F
4704,77	20/12/1976	F
4717,00	16/09/1983	F
4718,21	15/06/1971	M
4742,37	17/12/1959	F
4743,70	09/11/1981	M



4743,70	24/03/1981	F
4743,70	23/06/1969	F
4744,99	12/06/1982	M
4744,99	02/11/1981	F
4744,99	26/11/1978	F
4744,99	10/06/1975	M
4744,99	17/02/1971	F
4744,99	06/04/1965	F
4775,24	15/06/1967	M
4783,94	24/08/1982	M
4783,94	25/12/1979	F
4783,94	15/03/1974	M
4783,94	26/07/1973	M
4783,94	17/03/1965	F
4815,48	06/01/1981	F
4815,48	22/12/1963	M
4855,71	16/05/1973	M
4862,71	07/03/1978	M
4880,43	09/07/1983	F

4922,09	07/03/1982	F
4924,26	25/12/1954	M
4957,24	22/05/1982	F
4957,24	11/05/1969	M
4957,24	08/01/1966	F
4957,24	27/11/1955	M
4957,24	12/12/1951	M
4957,24	31/07/1946	M
5019,74	12/12/1979	F
5092,02	15/10/1970	M
5107,42	11/07/1957	F
5107,42	06/08/1957	F
5164,19	25/08/1981	F
5164,31	11/04/1978	F
5195,56	09/08/1963	F
5207,37	29/09/1975	F
5207,37	25/05/1955	M
5215,80	06/01/1965	F
5257,55	17/04/1982	M

5257,55	04/06/1981	F
5257,55	07/01/1977	F
5257,55	12/07/1976	M
5257,55	19/03/1974	F
5257,55	02/05/1972	M
5257,55	06/10/1970	M
5257,55	14/09/1963	M
5258,88	29/12/1981	F
5258,88	05/05/1970	F
5300,50	22/08/1970	F
5300,50	18/07/1966	F
5300,50	22/01/1966	F
5301,81	16/02/1969	M
5301,81	27/11/1965	M
5305,78	24/10/1954	M
5315,64	30/03/1967	F
5360,32	07/02/1965	F
5370,24	27/06/1984	M
5370,89	11/08/1974	M

5401,12	31/10/1976	F
5401,12	21/01/1965	F
5403,96	05/10/1967	M
5415,15	06/10/1981	M
5446,93	18/09/1964	F
5446,94	14/05/1965	F
5490,30	13/01/1975	F
5492,76	11/12/1980	F
5492,76	21/10/1979	F
5492,76	04/02/1979	F
5492,76	02/06/1974	F
5492,76	25/07/1974	F
5492,76	15/10/1970	F
5492,76	26/01/1966	F
5492,76	25/07/1963	F
5492,76	08/09/1961	F
5506,74	21/05/1964	M
5528,46	23/07/1962	M
5538,59	12/03/1977	F

5538,59	10/11/1974	F
5576,78	25/01/1975	M
5576,78	20/03/1952	F
5608,94	10/05/1977	F
5644,59	07/07/1965	F
5679,55	02/12/1958	F
5684,32	02/01/1976	F
5684,32	12/07/1968	F
5824,07	07/06/1971	F
5919,67	09/02/1972	F
5934,92	11/02/1979	F
5950,26	05/02/1964	M
6079,47	12/04/1974	F
6079,47	09/11/1970	F
6079,47	23/11/1960	F
6079,48	15/04/1968	F
6079,48	21/07/1963	F
6079,48	18/11/1963	F
6080,04	01/02/1957	M

6129,88	17/02/1967	F
6129,88	31/08/1963	F
6129,88	09/04/1958	F
6184,73	15/01/1967	F
6273,94	19/11/1991	M
6273,94	08/02/1989	F
6273,94	18/05/1977	F
6273,94	20/09/1973	M
6273,94	21/05/1970	M
6273,94	30/11/1967	M
6273,94	21/12/1964	M
6273,94	05/07/1953	M
6305,92	23/05/1955	F
6332,81	21/04/1980	M
6338,34	27/08/1972	F
6349,64	03/06/1976	F
6349,64	24/11/1974	M
6349,64	30/05/1967	M
6442,96	12/11/1967	F

6482,49	10/07/1968	M
6585,92	25/01/1989	M
6588,86	18/06/1986	F
6603,42	09/03/1980	M
6649,31	12/04/1976	F
6661,89	29/08/1959	F
6709,76	20/04/1986	F
6709,76	05/08/1983	F
6709,76	25/11/1981	F
6709,76	13/04/1981	F
6709,76	24/06/1980	F
6709,76	13/03/1977	F
6709,76	25/10/1971	F
6709,76	04/10/1966	F
6739,49	30/12/1976	F
6770,21	20/08/1987	F
6770,21	22/05/1983	F
6770,21	12/07/1982	F
6770,21	06/09/1982	F

6770,21	08/02/1982	F
6770,21	18/12/1980	F
6770,21	22/07/1976	F
6770,21	07/05/1972	F
6770,21	15/12/1971	F
6770,21	05/03/1970	F
6781,81	16/11/1990	F
6799,83	15/10/1972	M
6799,83	07/08/1971	M
6801,65	22/05/1952	F
6816,41	22/02/1970	M
6946,50	17/09/1965	F
7058,77	29/10/1974	F
7139,19	26/05/1983	F
7163,04	22/04/1969	F
7245,13	04/01/1981	M
7246,64	06/04/1980	F
7264,93	09/02/1968	M
7278,66	18/01/1966	F



7307,56	12/07/1982	M
7447,23	10/08/1987	F
7447,23	29/03/1985	F
7447,23	09/05/1983	F
7447,23	06/11/1979	M
7447,23	12/06/1977	F
7447,23	12/11/1974	F
7497,92	12/11/1972	F
7497,96	16/08/1975	F
7513,72	20/12/1983	M
7556,95	22/01/1985	F
7586,68	01/10/1971	M
7612,94	10/09/1969	M
7630,94	04/01/1978	F
7630,94	18/07/1977	F
7630,94	07/01/1974	F
7630,94	12/08/1964	F
7630,94	23/06/1955	F
7651,94	28/06/1972	F

7652,06	05/09/1979	F
7665,32	28/06/1968	M
7697,44	02/08/1977	F
7697,44	25/12/1961	M
7716,56	03/05/1969	M
7718,88	17/07/1972	M
7718,88	31/07/1957	M
7748,14	05/03/1971	F
7763,23	06/03/1981	M
7764,52	08/01/1975	F
7765,46	27/07/1972	F
7817,29	27/01/1972	F
7819,96	06/03/1977	F
7836,89	12/01/1974	M
7910,55	25/06/1984	M
7935,96	01/06/1976	F
8016,61	01/09/1964	M
8029,07	30/09/1969	F
8144,68	10/06/1980	F

8166,29	02/04/1972	F
8168,74	09/09/1971	F
8333,34	07/04/1975	M
8451,46	19/10/1975	F
8462,06	02/09/1982	F
8462,06	22/01/1982	F
8462,06	09/11/1981	F
8462,06	09/05/1980	F
8462,06	20/12/1971	F
8462,06	03/09/1968	F
8462,06	15/03/1966	F
8501,66	09/01/1982	M
8521,48	14/04/1982	M
8521,48	02/10/1976	F
8521,48	22/01/1972	F
8527,64	14/06/1978	F
8527,64	12/01/1976	F
8533,03	05/07/1972	F
8535,20	04/04/1980	F

8535,20	12/12/1979	F
8535,20	15/08/1972	M
8535,20	11/02/1972	F
8535,20	06/03/1971	F
8535,20	28/04/1970	F
8535,20	31/05/1969	F
8535,20	18/10/1967	F
8535,20	16/10/1965	F
8535,20	12/10/1963	F
8535,20	31/12/1961	M
8535,20	21/01/1961	F
8535,20	07/05/1956	F
8594,95	27/11/1966	M
8608,30	09/03/1969	F
8608,34	03/03/1981	F
8608,34	06/03/1981	F
8608,34	24/12/1980	F
8608,34	04/08/1977	F
8608,34	26/05/1976	F

8608,34	22/10/1974	F
8608,34	17/05/1973	F
8608,34	04/07/1972	F
8608,34	02/10/1971	F
8608,34	17/04/1970	F
8608,34	29/01/1969	F
8608,34	25/01/1965	F
8608,34	17/01/1964	F
8608,34	22/01/1961	F
8611,49	26/03/1979	M
8681,49	03/07/1980	F
8681,49	28/10/1978	F
8681,49	10/12/1955	F
8692,57	19/08/1977	F
8707,86	26/06/1973	F
8740,26	04/12/1978	F
8783,67	07/07/1977	F
8864,06	17/07/1980	F
9171,47	19/04/1991	M

9171,47	28/07/1983	F
9171,47	02/11/1979	M
9171,47	31/08/1978	F
9171,47	19/09/1973	M
9171,47	24/10/1963	M
9171,47	16/09/1960	M
9171,47	04/10/1960	F
9171,47	28/07/1949	F
9235,90	31/12/1956	F
9242,42	12/07/1966	M
9273,27	10/10/1977	F
9284,99	31/05/1959	M
9330,50	30/07/1979	F
9334,13	12/02/1980	F
9380,61	01/12/1966	F
9410,26	11/12/1974	M
9457,03	06/02/1967	F
9496,68	03/01/1967	M
9544,79	28/11/1972	F

9544,79	24/02/1972	F
9544,79	10/02/1968	F
9544,79	13/05/1967	F
9544,79	15/03/1961	F
9544,83	21/03/1963	F
9544,83	22/01/1962	F
9544,83	25/06/1955	F
9588,80	10/01/1978	F
9590,25	28/03/1967	F
9625,25	14/05/1975	F
9625,25	06/09/1972	F
9625,25	24/11/1971	F
9625,25	02/10/1967	F
9625,32	22/08/1966	F
9781,58	21/07/1957	F
9864,30	16/03/1965	M
9864,30	24/03/1951	M
9881,63	07/01/1967	F
9941,08	08/06/1968	M

10169,52	03/04/1972	F
10306,85	20/01/1976	F
10565,39	16/05/1975	F
10629,10	03/12/1966	M
10775,33	14/07/1971	F
10776,65	26/04/1962	F
11046,75	16/09/1977	F
11046,75	06/12/1976	F
11046,75	24/06/1971	F
11063,44	21/03/1982	F
11063,44	05/05/1980	M
11063,44	19/10/1966	M
11120,00	19/12/1968	M
11127,14	31/08/1954	M
11127,21	05/01/1958	F
11172,63	09/06/1971	F
11188,36	13/08/1975	F
11273,69	28/05/1982	M
11346,94	23/06/1981	M



11387,35	03/10/1964	M
11618,74	29/12/1975	F
11703,33	31/12/1975	F
11703,33	12/05/1974	F
11710,31	23/09/1970	F
11710,34	24/03/1976	F
11721,11	09/09/1974	M
11852,60	12/11/1972	F
11856,02	18/04/1969	F
11898,54	19/10/1963	M
12072,44	29/08/1963	F
12232,28	09/07/1962	F
12234,48	03/06/1974	F
12234,48	04/10/1973	F
12234,48	07/04/1972	F
12234,48	07/03/1970	F
12252,93	12/12/1982	F
12290,83	26/09/1958	M
12320,79	25/10/1960	F

12322,99	21/04/1961	F
12353,53	18/11/1971	F
12407,14	20/03/1958	F
12409,29	04/03/1971	F
12434,91	21/02/1968	F
12471,25	29/03/1959	F
12621,65	06/12/1974	M
12816,86	25/06/1961	M
12898,04	03/01/1971	F
13115,97	27/11/1958	M
13374,86	05/04/1969	F
13564,33	09/05/1974	F
13715,73	24/01/1968	F
13715,73	19/05/1961	F
13740,12	02/04/1973	M
13740,12	27/05/1965	M
13813,08	14/06/1974	F
13813,08	23/10/1972	F
13813,08	01/09/1970	M

13813,08	07/04/1970	F
13813,08	01/06/1969	F
13813,08	04/09/1966	F
14211,20	30/06/1970	F
14339,84	03/02/1975	F
14339,84	27/09/1955	M
14472,14	27/10/1964	M
14581,99	01/06/1966	F
14601,96	17/12/1962	F
15358,76	22/08/1961	M
15368,51	30/06/1965	M
15476,66	07/12/1989	M
15903,27	25/09/1973	F
16252,85	16/08/1970	M
16780,17	24/02/1956	F
17393,69	21/10/1965	M
17511,48	03/06/1962	F
17629,27	25/07/1959	F
17798,63	07/06/1968	M

18360,33	20/05/1975	M
18804,24	18/02/1968	F
19481,89	09/12/1970	M
20431,19	25/11/1973	F
21444,12	24/02/1978	F
Sem aula atribuída	02/03/1972	F
Sem aula atribuída	25/08/1984	F
Sem aula atribuída	18/11/1972	F
Sem aula atribuída	09/11/1958	F
Sem aula atribuída	04/01/1950	M
R\$ 3.759.680,63	576	

## CLÁUSULA 2ª – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. Os serviços deverão ser executados com observância das especificações do Pregão Eletrônico nº 40/2023 e seus anexos, assim como da orientação da Fiscalização da CONTRATANTE.

2.2. Ficará a critério da Fiscalização, impugnar e substituir serviços e materiais executados em desacordo com as especificações ou mal executados. As despesas decorrentes dessas substituições e do feito dos serviços correrão por conta exclusiva da CONTRATADA.

2.3. Caberá à CONTRATADA integral responsabilidade por quaisquer danos causados à CONTRATANTE e a terceiros durante a execução dos serviços, sempre que forem decorrentes da negligência, imperícia ou omissão de sua parte.

## CLÁUSULA 3ª – DA VIGÊNCIA

3.1. O presente Contrato tem prazo de vigência de 12 (doze) meses, contados de sua assinatura, podendo ser prorrogado a critério da CONTRATANTE e nos termos da Lei.

#### CLÁUSULA 4ª – DOS VALORES

4.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta dos recursos do Orçamento 2023 e seguintes (Recursos Próprios/Tesouro), dotação orçamentária 51.01.3.3.90.39.12.243.5000.2.502.04.1100000, ficha 9, Centro de Custo 6073.

4.2. A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela prestação total do serviço objeto deste Contrato, o valor total de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), conforme demonstrado a seguir:

Item	Cód. CATSER	Descrição	Qtde.	Unid.	Prêmio Unit. 12 meses	Prêmio Total 12 Meses
1.	906	Contratação de seguro de vida e acidentes pessoais para as crianças, adolescentes, aprendizes, empregados ou outros atendidos da Instituição (apólice básica no ramo de seguro de vida em grupo), bem como assistência funeral e auxílio funeral, conforme Termo de Referência, pelo período de 12 meses (Cód. 41.1.2)	1	Sv	R\$ _____	R\$ _____

##### 4.2.1. Planilha Quantitativa

Item	Descrição	Qtde.	Unid.	Taxa (%)	Prêmio Mensal	Prêmio – 12 Meses
1.	Funcionários Qtde.: 439 (grupo segurado) Capital segurado: R\$ 428.882,40	12	Sv	_____	R\$ _____	R\$ _____
2.	Adolescentes a partir de 14 anos Qtde.: 3.622 (2.322 + previsão 1.300) Capital segurado: R\$ 3.000,00	12	Sv	_____	R\$ _____	R\$ _____
3.	Crianças até 13 anos Qtde.: 2.731 (2.231 + previsão 500) Capital segurado: R\$ 3.000,00	12	Sv	_____	R\$ _____	R\$ _____
<b>Valores Totais:</b>					<b>R\$ _____</b>	<b>R\$ _____</b>

4.3. O prazo para a entrega dos movimentos encerrar-se-á no 15 (décimo quinto) dia do mês subsequente à competência apurada. A CONTRATANTE enviará à CONTRATADA um relatório por meio eletrônico (planilha) com dados necessários para geração de uma prévia do faturamento, que deverá ser enviado pela CONTRATADA em até 3 (três) dias úteis à CONTRATANTE. Após conferência dos dados e aprovação dos valores enviados na prévia pela CONTRATANTE, a CONTRATADA providenciará a emissão da fatura.

4.4. A liquidação dos valores correspondentes a prestação dos serviços será realizada através de depósito no Banco \_\_\_\_\_, Agência \_\_\_\_\_, C/C \_\_\_\_\_, em nome da CONTRATADA.

4.5. A entrega das notas fiscais/faturas à CONTRATANTE, correspondentes à prestação dos serviços não poderá exceder 2 (dois) dias úteis à sua emissão.

4.6. A nota fiscal deverá ser emitida em nome da Fundação Hélio Augusto de Souza – Fundhas, CNPJ nº 57.522.468/0001-63.

4.7. Caso seja emitido Nota Fiscal Eletrônica o e-mail para cadastro no sistema é: [almoxarifado@fundhas.org.br](mailto:almoxarifado@fundhas.org.br).

4.8. A CONTRATANTE se reserva o direito de descontar do pagamento, eventuais débitos da CONTRATADA, inclusive os relacionados com multas, danos, e prejuízos contra terceiros.

4.9. Em caso de erros ou omissões nas notas fiscais, o prazo estipulado no item 4.3. será contado a partir da data de sua reapresentação.

4.10. Os preços deverão incluir todos os custos e despesas tais como, mas não limitados a tributos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, seguros, taxas, lucro, uniformes, alimentação, transporte, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto.

4.11. Os preços ofertados são de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.12. A CONTRATANTE não recolhe IR, PIS/PASEP, COFINS, INSS E CSLL.

4.13. A CONTRATANTE não realiza operações de crédito, câmbio e seguro.

4.14. O pagamento observará sempre o número de vidas cobertas para cada mês de vigência do contrato, com direito a inclusões/exclusões.

4.15. A vigência de novas inclusões pode ocorrer dentro do mês vigente, com emissão da fatura de pagamento para o mês seguinte.

4.16. Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente a entrega da relação atualizada, contendo os dados dos segurados (incluídos e excluídos), que será fornecida mensalmente pela CONTRATADA.

4.17. É vedada a inclusão no custo do segurado de despesas de corretagem, agenciamento ou pró-labore.

#### **CLÁUSULA 5ª – DO REAJUSTE DO VALOR CONTRATUAL**

5.1. Decorrido o prazo de 12 (meses) após assinatura deste Contrato, poderá a CONTRATANTE conceder reajuste no preço à CONTRATADA, segundo inflação apurada pelo IGP-M – Índice Geral de Preços do Mercado, ou outro valor menor de comum acordo entre as partes, para continuidade da prestação dos serviços.

#### **CLÁUSULA 6ª – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

6.1. Obriga-se a CONTRATADA a:

- a) Responsabilizar-se pela prestação dos serviços objeto deste Contrato e da documentação pertinente, atendidos os requisitos e observadas as normas constantes deste instrumento;
- b) Atender, durante o período de vigência do Contrato, à solicitação para reexecução dos serviços insatisfatórios, no prazo estabelecido pela CONTRATANTE;

- c) Colocar à disposição da CONTRATANTE todos os meios necessários à comprovação da qualidade dos serviços, permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações do objeto ora contratado;
- d) Aceitar, nas mesmas condições de sua proposta, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários no objeto contratual, até o percentual de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total deste Contrato, mediante celebração de Aditamento;
- e) Responder por eventuais danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, durante a prestação dos serviços;
- f) Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

#### **CLÁUSULA 7ª – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

##### **7.1. São obrigações da CONTRATANTE:**

- a) Colocar à disposição da CONTRATADA os elementos e informações necessários à execução dos serviços;
- b) Supervisionar a execução dos serviços, promovendo o acompanhamento administrativo e a fiscalização sob os aspectos quantitativo e qualitativo;
- c) Atestar a execução dos serviços e receber as faturas correspondentes, quando apresentadas na forma estabelecida em Contrato;
- d) Efetuar os pagamentos referentes à execução dos serviços à CONTRATADA na forma estabelecida neste instrumento;
- e) Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução dos serviços, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
- f) Recusar o pagamento da execução dos serviços que não estiverem sendo prestados de acordo com o proposto e contratado.

#### **CLÁUSULA 8ª - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

8.1. Ficará impedido de licitar e contratar com esta Administração aquele que infringir os termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

8.2. Ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e nas demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de sua proposta:

- I – não assinar o contrato;
- II – não entregar a documentação exigida no edital;
- III – apresentar documentação falsa;
- IV – causar o atraso na execução do objeto;
- V – não manter a proposta;
- VI – falhar na execução do contrato;
- VII – fraudar a execução do contrato;
- VIII – comportar-se de modo inidôneo;
- IX – declarar informações falsas; e
- X – cometer fraude fiscal.

8.2.1. As sanções descritas no caput também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela Administração Pública.

8.2.2. As sanções serão registradas e publicadas no SICAF.

8.3. O atraso na execução do objeto contratado poderá sujeitar a CONTRATADA à multa de mora, garantida a defesa prévia, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, na seguinte forma:

8.3.1. Atraso na execução do objeto contratado, superior a 48 (quarenta e oito) horas: multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), por dia de atraso, calculada sobre o valor do Contrato;

8.3.2. Atraso na execução do objeto contratado, por duas vezes consecutivas e/ou alternadas: multa de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor do Contrato;

8.3.3. Inexecução parcial do pedido: multa de até 10% (dez por cento) do valor total do pedido;

8.3.4. Inexecução total do pedido: multa de até 30% (trinta por cento) do valor total do pedido.

8.4. Pela execução do objeto em quantidade ou qualidade em desacordo como o contratado, a CONTRATADA será notificada a apresentar defesa prévia para efeitos de aplicação da penalidade definida no subitem abaixo, ou sanar as irregularidades no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sendo que esse prazo poderá ser reduzido ou ampliado, a critério da CONTRATANTE:

8.4.1. Decorrido o prazo da defesa prévia, a CONTRATANTE poderá aplicar multa diária de 1% (um por cento) do valor total do(s) item(ns) em desacordo enquanto persistir a irregularidade, até o prazo de 30 (trinta) dias, quando se caracterizará a inexecução total do Contrato.

8.5. A multa a que alude os itens 8.2. e 8.3., e seus subitens, não impede que a CONTRATANTE rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções previstas em Lei.

8.6. Pela inexecução total ou parcial do objeto do Contrato, a CONTRATANTE poderá ainda, aplicar as seguintes penalidades, garantida a defesa prévia:

8.6.1. Advertência;

8.6.2. Multa de até 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do Contrato, pela inexecução parcial;

8.6.3. Multa de até 30% (trinta por cento) calculada sobre o valor do Contrato, pela inexecução total;

8.6.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por prazo não superior a 5 (cinco) anos, bem como a comunicação imediata do inadimplemento à Prefeitura e Câmara Municipal de São José dos Campos;

8.6.5. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorridos os prazos da sanção com base no item anterior.

8.7. O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, lance ou oferta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fazer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.



8.8. Os prazos para defesa prévia serão de 5 (cinco) dias úteis, na hipótese de advertência, multa e impedimento, e de 10 (dez) dias na hipótese de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

8.9. As penalidades aqui previstas são autônomas e suas aplicações cumulativas, e serão regidas pelo Artigo 87, 8º 2º e 3º, da Lei Federal 8.666/93 e alterações.

8.10. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido aos cofres da CONTRATANTE, dentro de 3 (três) dias úteis da data de sua cominação, mediante recibo próprio.

8.11. As multas aplicadas à CONTRATADA e não recolhidas no prazo estipulado, bem como os débitos da CONTRATADA relacionados com danos e prejuízos contra terceiros poderão ser descontadas pela CONTRATANTE dos valores das notas fiscais/faturas.

8.12. Fica autorizada à CONTRATANTE a cobrança de valor excedente se os prejuízos causados pela CONTRATADA superaram o valor da multa. Neste caso, a multa estipulada servirá como valor mínimo de indenização, ficando a cargo da CONTRATANTE comprovar o prejuízo excedente.

#### **CLÁUSULA 9ª – DA RESCISÃO**

9.1. O presente Contrato poderá ser rescindido de pleno direito, independentemente de procedimento judicial, quando houver culpa ou dolo da CONTRATADA, com relação às obrigações assumidas e nos casos previstos em lei.

9.2. Caso o presente contrato seja rescindido motivadamente, o Termo de Rescisão deverá discriminar:

- a) balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) relação dos pagamentos já efetuados ou ainda devidos;
- c) indenização de multas.

9.3. A rescisão deverá ser precedida de acerto de contas, relativos aos direitos e obrigações das partes contratantes, decorrentes dos compromissos assumidos.

#### **CLÁUSULA 10ª – DOS CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR**

10.1. São considerados fortuitos ou de força maior, para efeito de não aplicação de multas, o inadimplemento que se enquadre no parágrafo único, do Artigo 393 do Código Civil Brasileiro.

#### **CLÁUSULA 11 – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

11.1. Este Contrato submete-se, integralmente, à Constituição da República Federativa do Brasil, à Lei Orgânica do Município de São José dos Campos, à Lei Federal nº 10.520/2002, à Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, à Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, ao Decreto Municipal nº 19.126, de 22/07/2022 e demais disposições legais aplicáveis, inclusive subsidiariamente, os princípios gerais de Direito.

11.2. Para os casos omissos, bem como as dúvidas surgidas na execução do presente Contrato, prevalecerão as condições e exigências do Edital e seus anexos, integrantes deste Contrato.

## **CLÁUSULA 12 – DA PROTEÇÃO DE DADOS E DA RESPONSABILIZAÇÃO OBJETIVA ADMINISTRATIVA E CIVIL**

12.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive, nos meios digitais, garantindo que o mesmo dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses do art. 7º e/ou do art.11 da Lei nº 13.709/2018, às quais se submeterá o objeto originalmente contratado e, ainda, para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

12.2. A CONTRATADA, por si e por seus colaboradores, obriga-se a atuar em conformidade com a Legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial, a Lei nº 13.709/2018.

12.3. No manuseio e no tratamento dos dados, a CONTRATADA deverá manter e utilizar medidas de segurança administrativas, técnicas e físicas apropriadas e suficientes para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais mantidos ou consultados/transmitidos eletronicamente, para garantir a proteção dos mesmos contra acesso não autorizado, destruição, uso, modificação, divulgação ou perda acidental ou indevida.

12.4. Caso a CONTRATADA seja obrigada, por determinação legal, a fornecer dados pessoais a uma autoridade pública, deverá informar previamente a CONTRATANTE para que esta tome as medidas que julgar cabíveis.

12.5. A CONTRATADA deverá notificar a CONTRATANTE em até 24 (vinte e quatro) horas a respeito de:

- a) qualquer descumprimento das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais pela CONTRATADA, seus funcionários, ou terceiros autorizados;
- b) qualquer outra violação de segurança no âmbito das atividades e responsabilidades da CONTRATADA.

12.6. A CONTRATADA será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta à CONTRATANTE e/ou a terceiros diretamente resultantes do descumprimento pela CONTRATADA das regras de proteção e uso dos dados pessoais.

12.7. Eventuais responsabilidades das partes, serão apuradas em conformidade com o disposto na Seção III, Capítulo VI, da Lei nº 13.709/2018.

12.8. Em atendimento à Lei Federal nº 12.846/2013, a CONTRATADA se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, abstendo-se de práticas como as seguintes:

- I – Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- II – Comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos, previstos em Lei;
- III – Comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;
- IV – No tocante a licitações e contratos:
  - a) Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
  - b) Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
  - c) Afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
  - d) Fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
  - e) Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

- f) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
- g) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

V – Dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação.

VI – O descumprimento das obrigações previstas nesta cláusula poderá submeter a CONTRATADA à rescisão unilateral do Contrato, a critério da CONTRATANTE, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a Lei Federal nº 12.846/2013.

### **CLÁUSULA 13 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1. Fica vinculado este Contrato à proposta apresentada pela CONTRATADA e ao Processo Licitatório que autorizou a sua celebração.

13.2. A CONTRATADA se obriga à execução total do objeto deste Contrato, pelo preço e nas condições oferecidas, não lhe cabendo o direito a qualquer ressarcimento por despesas decorrentes de custos ou serviços não previstos em sua proposta, quer seja por erro ou omissão.

13.3. Correrão por conta exclusiva da CONTRATADA quaisquer tributos, taxas ou encargos porventura devidos, em decorrência deste Contrato.

13.4. Ficam vedadas:

13.4.1. A execução do Contrato por pessoa jurídica diversa daquela originalmente participante do certame;

13.4.2. A subcontratação total ou parcial do objeto deste Contrato.

### **CLÁUSULA 14 – DO FORO**

14.1. Fica eleito o foro de São José dos Campos – SP, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir eventuais dúvidas do presente Contrato.

E por estarem assim, justos e acertados, assinam o presente Contrato em 2 (duas) vias de igual teor, para que as Cláusulas aqui avençadas produzam seus efeitos jurídicos e legais.

São José dos Campos, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

George Lucas Zenha de Toledo  
Diretor Presidente  
Fundação Hélio Augusto de Souza – Fundhas  
CONTRATANTE

XXXXXXX  
XXXXXXXXXXXXXXXXX  
CONTRATADA

Processo de Compra nº 251/2023 – Pregão Eletrônico nº 40/2023

ANEXO VI – TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO – MODELO

**TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO**

CONTRATANTE: Fundação Hélio Augusto de Souza

CONTRATADO: \_\_\_\_\_

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): \_\_\_\_\_

OBJETO: Seguro de vida e acidentes pessoais para as crianças, adolescentes, aprendizes, empregados ou outros atendidos da Instituição (apólice básica no ramo de seguro de vida em grupo), bem como assistência funeral e auxílio funeral

ADVOGADO (S)/ Nº OAB/email: (\*) \_\_\_\_\_

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

**1. Estamos CIENTES de que:**

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

**2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:**

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

São José dos Campos, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

**AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE, RESPONSÁVEL PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME, RESPONSÁVEL QUE ASSINOU O AJUSTE E ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**RESPONSÁVEL(IS) QUE ASSINOU(ARAM) O AJUSTE – PELA CONTRATADA:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

(\*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.

**Processo de Compra nº 251/2023 – Pregão Eletrônico nº 40/2023**

**ANEXO VII – ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA – MODELO**

**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

O \_\_\_\_\_ (empresa/órgão emissor) \_\_\_\_\_, de acordo com o requerido pela empresa \_\_\_\_\_ (razão social) \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, situada na Rua/Av. \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, cidade \_\_\_\_\_, estado de \_\_\_\_\_, ATESTA para fins de apresentação em licitações de órgãos públicos, que a empresa acima mencionada forneceu \_\_\_\_\_, através do Contrato / Ata de Registro de Preços, no período de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ a \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, não havendo até o presente momento que desabone sua conduta comercial.

Declaramos igualmente, que o serviço fornecido atendeu às exigências de qualidade, periodicidade e prazos pré-estabelecidos.

Contrato nº: \_\_\_\_\_

Processo nº: \_\_\_\_\_

Item	Descrição detalhada do serviço	Unidade
1.	Xxxxx	xxxxxx

Quantidades e Valores do Contrato:

Quantidade			Valor		
Quantidade total contratada	Quantidade total executada	Saldo	Valor total contratado	Valor total executado	Saldo
xxxxx	xxxxx	xxxxx	xxxxx	xxxxx	xxxxx

Local e data

Assinatura

Identificação e cargo do signatário

(em papel timbrado da empresa/órgão emissor)